

PROGRAMA DE APRIMORAMENTO PROFISSIONAL

Conheça como funciona o PAP e saiba por que profissionais temem redução no número de bolsas no ano que vem.
Págs. 12 e 13



ENTREVISTA

Wanderley Codo

O pesquisador em saúde mental no trabalho fala sobre a atuação do psicólogo e defende que os setores de recursos humanos tracem planos de longo prazo para atender à demanda crescente. Págs. 3 a 5

II CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA

Psicólogos definem ações para Conselhos Nacional e Regionais

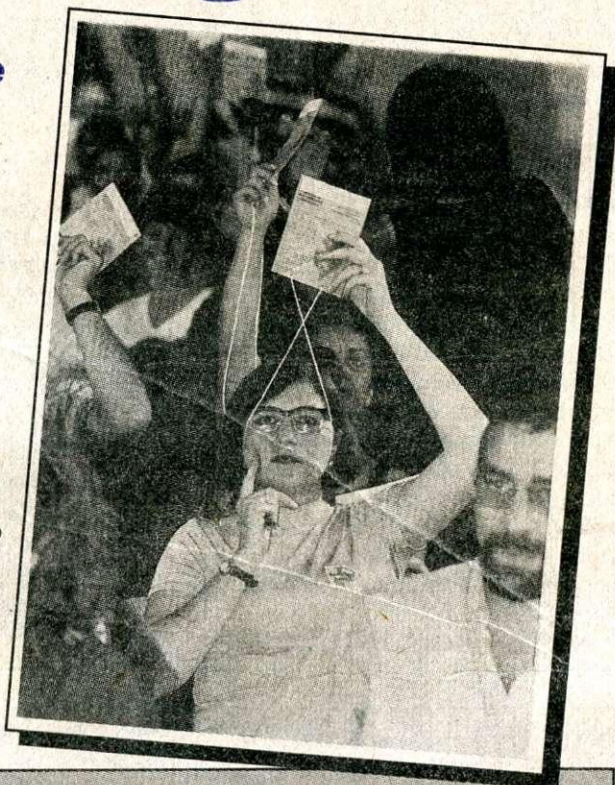


II Congresso Nacional da Psicologia
SESC - Venda Nova - BH

Delegados reúnem-se em Belo Horizonte e decidem diretrizes políticas para enfrentar problemas da profissão.
Págs. 8 e 9

Consulta Eleitoral

Chapas que disputam sucessão no Conselho Federal foram apresentadas durante o II Congresso Nacional. Conheça os programas.
Págs. 10 e 11



ORIENTAÇÃO

CRP e Sindicato dos Psicólogos falam sobre tratamento psicológico e impasse financeiro.

Pág. 16

Recadastramento

Universidades Públicas dão maior estímulo que as particulares para que o aluno busque a formação pós-graduada

Pág. 15

PAS

Pesquisa do CRP conclui que remoção de profissionais que não aderiram ao plano de privatização da Prefeitura causou redução de 80% nos atendimentos psicológicos.

Pág. 7

EDITORIAL

Momento oportuno

Os debates do II Congresso Nacional da Psicologia, em agosto passado, permitiram que muitas decisões políticas fossem tomadas (conforme mostra matéria às páginas 8 e 9 desta edição). Sua concretização a médio e longo prazos será uma responsabilidade conjunta das entidades e dos psicólogos. O primeiro passo foi dado com a devolução dos resultados do Congresso à categoria, conforme fizemos em setembro em todas as subsedes do CRP-06, por ocasião da semana que comemorou o Dia do Psicólogo. Outras deliberações, mais específicas, no entanto, também foram tomadas. A mais imediata delas refere-se à Consulta Nacional para esco-

lhermos a nova gestão do Conselho Federal para o biênio 97/98, que se realiza em 28 de novembro.

Simultaneamente às discussões que estamos iniciando sobre a sucessão no Conselho Federal de Psicologia, vários municípios preparam-se para a realização do 2º turno das eleições. Os resultados do primeiro turno indicam um grau significativo de rejeição da população em relação à política neoliberal do governo federal, apesar das previsões dos analistas políticos. Ainda assim, em vários municípios haverá o confronto entre candidatos progressistas e comprometidos com as lutas sociais e candidatos conservadores e reacionários, preocupados apenas com

grandes e falaciosas obras que não propiciam o desenvolvimento do bem-estar coletivo. Temos, portanto, a obrigação cívica de, através do voto, interferir para que sejam eleitos prefeitos comprometidos com nossos projetos em defesa das políticas públicas, notadamente aquelas voltadas para a educação, saúde e ação social.

Não menos importante é a participação dos psicólogos na consulta nacional para elegermos a nova gestão do CFP. Embora num primeiro momento a subsequência de datas das duas eleições (eleição municipal e consulta para o CFP) provoque um efeito aparentemente negativo para o nosso pleito, acreditamos que, ao contrário, ele ocorre em

momento privilegiado. Em vez de nos prejudicar, as eleições municipais significarão um estímulo para os psicólogos já que, tanto quanto nas eleições municipais, através de seu voto direto poderão interferir no destino da entidade.

São duas as chapas que estarão concorrendo: **Consolidação Nacional e Um Conselho para Cuidar da Profissão**, cujas propostas estão apresentadas nas páginas 10 e 11 desta edição. É fundamental que todos nós, psicólogos, participemos desse processo, garantindo assim que o CFP possa, efetivamente, tornar-se uma entidade representativa dos embates típicos de nossa época, que, cada vez mais, se impõem aos psicólogos.

CARTAS

Formandos da Faculdade São Marcos

Sou da turma de formandos de Psicologia de 1976 da Faculdade São Marcos. Estamos comemorando este ano 20 anos de formados. Conto com nosso jornal para uma publicação convocando os colegas para a primeira reunião. Não nos encontramos depois de formados. Conto com sua gentileza e cooperação.

Sugestão: turma de Psicologia de 1976 da Faculdade São Marcos, vamos nos encontrar? Contatos pelo telefone 820-4019.

Mirthes Ferreira de Oliveira
CRP - 4093

As raposas poderosas quase sempre vencem

Costumeiramente dotadas de agressiva dialética e grandiosa retórica característica dos poderosos remanescentes senhores feudais ou mitos de "araque", as raposas realmente impressionam e são muito convincentes na tarefa de sensibilização do "povoço", cheio de carências e ilusões e faturando muitos votos. Cremos até que essas raposas denominadas "políticos" não sejam tão ruins, sendo um pouco pior o próprio eleitor na sua boa fé, percepção e emoção, vítima/manipulada do desco-

nhecimento que deixa de dar crédito aos mais sérios, comprometidos com a intenção de amenizar carências coletivas para iludir-se contraditoriamente com proposições mirabolantes das raposinhas, riquinhas não sei como, quase sempre integrantes de uma elite clientelisticamente privilegiada, insensível às necessidades sociais de grupos menos afortunados. Prevalecendo, no entanto, a tese da doce ilusão que elegendo um "todo-poderoso" existiria ao menos a sensação fantasiosa de sentirem-se mais valorizados como cidadãos. Reenfatizando, os discursos eleitorei-

ros são extremamente indutivos na arte da auto-sugestão hipnótica ou sedução da "galera", frustrando-se posteriormente na prática, restando somente a assertiva: as raposas poderosas quase sempre vencem...

Carlos Augusto Simi
CRP - 00809

As cartas à redação devem ser enviadas datilografadas, para a sede do CRP, à Rua Borges Lagoa, 74 - Vila Mariana - CEP 04038-004 - São Paulo - SP. Por uma questão de espaço serão publicadas resumidamente, a critério da redação.

Conselho Regional de Psicologia

Conselheiros:

EFETIVOS: Augusto Sérgio Callile, Cláudia M. Sodré Vieira, Cláudia Medeiros de Castro, Cristina Amélia Luzio, Erane Paladino, Floriano Nuno de Barros Pereira Filho, José Alberto S. Correia, Marcos Colen, Maria Costantini, Maria Cristina Pellini, Nelson D'Angelo Ribeiro, Othon Vieira Neto, Rosalice Lopes, Sérgio Luiz Braghini e Sidnei Celso Corocine. **SUPLENTE:** Ana Maria R. de

Carvalho, Ana Maria A. Melo, Anita Cecília Lofrano, Armando de Freitas Pinho, Cassia Regina Rodrigues, Cassio Rogério D. Lemmos Figueiredo, Dayse Cesar Franco Bernardi, Glória E. B. Pires von Buettner, Helena M. C. de Moura Hirye, José Roberto Tozoni Reis, Leny Sato, Luiz Humberto Sivieri, Nilma Renides da Silva, Roberto Moraes Salazar e Sonia M. Carrijo D'Angelo Ribeiro.

O Jornal do CRP é uma publicação oficial do Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região

Equipe Editorial: Marcos Colen, Sérgio Braghini e José Roberto Tozoni Reis
Editora: Juliana Motta
Texto: Juliana Motta e Renata Paiva
Revisão: Dinorah Ereno

Diagramação e Editoração Eletrônica: Digital Artes Com. e Edit. (011) 605-6098
Impressão: Bangraf
Tiragem: 38.000 exemplares
Periodicidade: Bimestral

Sede:

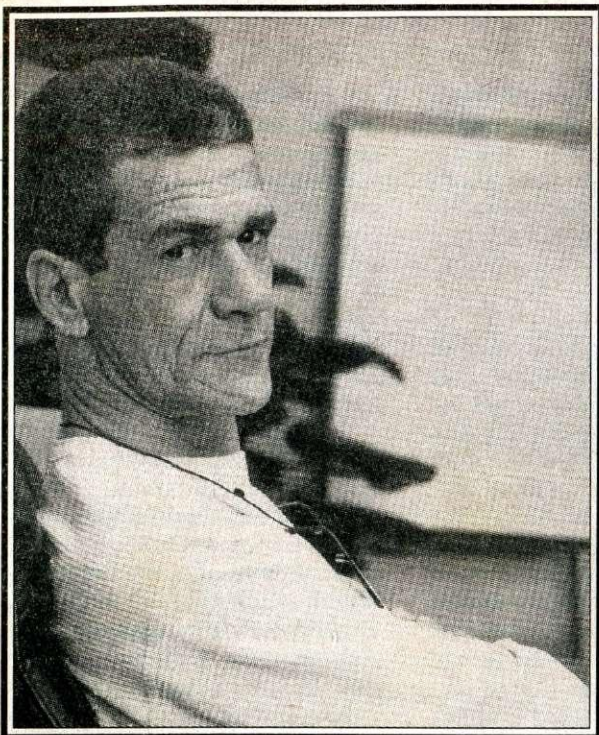
Rua Borges Lagoa, 74 - São Paulo - SP - CEP: 04038-004
Fone: (011) 574-7133 - Fax: (011) 575-0857

ENTREVISTA

Wanderley Codo

“Precisamos de trabalho, não de força de trabalho”

Márcia Zoet



Na década de 70, Wanderley Codo tentava separar a desnutrição como variável em pesquisas experimentais sobre desnutrição e comportamento. Orientado por sua militância política, buscava uma forma de atuação psicológica que abrisse espaços de intervenção social. Preocupava-se com os equívocos cometidos em nome da ciência.

Nesse momento, buscava um tema e uma linha teórica que pudessem abranger a complexidade do indivíduo e suas relações sociais. Em sua tese de doutorado, analisou o tema do trabalho que, a seu ver, sintetiza os diferentes aspectos do indivíduo, abrindo novas perspectivas de pesquisas. Para compreender o trabalho voltou à teoria marxista, que já havia conhecido em seus tempos de militância, e aí encontrou a possibilidade de uma ciência do indivíduo. “A possibilidade de uma ciência do indivíduo dá-se a partir das suas relações de trabalho, a partir da sua sobrevivência”, explica.

Passou a estudar saúde mental no trabalho e hoje, 10 anos depois, está colhendo os resultados junto ao grupo em que atua, ligado à Universidade de Brasília (UnB), realizando diagnóstico do trabalho. Como parte das comemorações, o grupo pretende publicar, ainda este ano, o livro “Trabalho, Organizações e Cultura”, que analisa instrumentos de intervenção, enfatizando a necessidade de que seja levada em consideração a questão da subjetividade do trabalhador na prática da psicologia.

Na entrevista ao *Jornal do CRP* ele fala de sua trajetória, de como chegou ao tema e de quais são as tendências de estudos para uma intervenção na área.

CRP - As suas pesquisas começam em psicofarmacologia, ligadas ao behaviorismo, passam pelo marxismo, pela psicologia social e chegam à discussão e pesquisas sobre saúde mental e trabalho. Como foi essa trajetória?

Wanderley - No início, quando estudei desnutrição e comportamento, eu já estava preocupado com questões sociais, orientado pela minha militância política. A idéia era descobrir espaços, dentro da psicologia, que tivessem algum sentido do ponto de vista de conscientização, de intervenção nas questões sociais. Minha ligação com o behaviorismo teve muito essa dimensão, porque os behavioristas, na época, formavam o grupo politicamente mais ati-

O PSICÓLOGO SOCIAL E PROFESSOR DA UNB FALA DE SAÚDE MENTAL NO TRABALHO, DA NECESSIDADE DE QUE A SUBJETIVIDADE SEJA LEVADA EM CONSIDERAÇÃO NAS INTERVENÇÕES NO TRABALHO E DO CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL QUE SE ABRE PARA O PSICÓLOGO

vo da universidade.

Segui com a perspectiva de desnutrição e comportamento tentando associar o rigor científico à intervenção social, de um lado e, do outro, uma fusão da biologia, psicologia e questões sociais. Lembro-me de que o César Ades, um dos meus orientadores, dizia: uma psicologia que trabalhe com ratos é extremamente importante para conhecer os ratos. E que se eu quisesse trabalhar com ratos eu deveria conhecer os ratos. Portanto, achei que, se quisesse trabalhar com gente, eu ia ter de conhecer gente. A idéia de um modelo, de um paradigma animal para a psicologia humana, começou a desmoronar, particularmente, a partir das dificuldades de estudar a desnutrição. A minha tese de mestrado foi uma tentativa de separar a desnutrição como variável, mas cheguei ao final sem conseguir fazê-lo.

CRP - Nesse momento, o senhor estudava a associação entre desnutrição e déficit comportamental, com a preocupação de explicitar que as condições sociais interferem na aprendizagem. Nesse sentido, criticava, por exemplo, a explicação mecânica de que uma criança não aprende na escola

porque está desnutrida.

Wanderley - Do ponto de vista técnico, há uma série de fatores que intervêm quando o sujeito está desnutrido. Ele também provém de uma determinada classe social, tem uma determinada inserção social e um determinado tipo de cultura, que já foi chamado por psicólogos equivocados de “ausência de cultura”, “déficit cultural” ou “privação cultural”. Daí toda a justificativa do trabalho com animais; era uma tentativa de separar uma coisa da outra. Ontologicamente, essas relações não se separaram. Uma coisa é, tecnicamente, dizer que não posso separar desnutrição de condição social, de classe social, de exploração de classe. A outra é dizer que não posso separar o processo de desnutrição de qualquer outro que aconteça, mesmo que ele aconteça numa ameiba. A pergunta está errada. Querer isolar a desnutrição para medir seus efeitos sobre o comportamento é incorreto. É querer medir o efeito da desnutrição per se. A nossa atitude era a de trabalhar com o procedimento experimental e não com a relação entre as duas dimensões.

Algum tempo depois, numa exposição do professor José Arthur Gianotti, pude

depreender a regra de que não se faz trânsito de uma área para outra sem pagar alfândega. Não se parte de um fenômeno biológico para um fenômeno social assim, sem mais, e aprendi a pagar alfândega via desnutrição.

CRP - No seu doutoramento, o senhor associou a Teoria do Desamparo, de fundo behaviorista, à Teoria da Alienação, de fundo marxista. Esclareça essa associação.

Wanderley - A Teoria do Desamparo elucidava o problema do controle e contracontrole. Como militante, eu tinha lido os textos políticos de Marx (lido por Lênin). Hoje percebo que uma das distorções mais sérias do marxismo foi sua leitura por Lênin. Mas era o marxismo que eu conhecia. Daí, lendo diretamente Marx, a fantasia ontológica de separação de variáveis ruiu de vez. Nesse momento, abandonei a idéia da desnutrição como tal e comecei a trabalhar com a questão de classe social mesmo, da opressão. Fui para a fábrica, mas não achei aquele operário alienado que a teoria psicológica imaginava. Não achei o sujeito que não é, que se anula, que se ausenta.

Na tese de doutoramento baseei-me bastante nas pesquisas que informavam ser incorreto dizer que a depressão de Nova York tinha provocado suicídio. A depressão da Bolsa de Nova York (1929) tinha provocado alguma coisa que provocou suicídios. Há um elo intermediário aí e volta à tona a questão de pagar a alfândega, quer dizer, não se faz uma relação mecânica entre a alienação e a psicologia. Fiquei procurando esse elo e estou atrás dele até hoje. Acredito que entre as condições econômicas e uma determinada ideologia, uma determinada relação social, uma determinada forma de participação, há elos e momentos que necessitam ser compreendidos.

Com a tese de doutoramento, voltei-me para o tema do trabalho. O trabalho foi a

“Quando li Marx, minha fantasia ontológica de separação de variáveis ruiu de vez”

ENTREVISTA

"Penso que a possibilidade de uma ciência do indivíduo dá-se a partir de suas relações de trabalho"

síntese que eu estava buscando lá no behaviorismo com desnutrição e comportamento. Um tema que fosse próximo da complexidade que eu via nas coisas. Penso que a tese de doutoramento, embora não passe de um rascunho, definiu todas as bases dessa síntese que eu buscava desde o segundo ou terceiro ano de graduação na Psicologia.

A tese acabou implicando dois desdobramentos: o primeiro foi o livro "Psicologia Social, o homem em movimento", uma coletânea de autores que não eram conhecidos. Chegamos à conclusão de que havia, ali, uma forma de pensar a psicologia. Na minha opinião, essa publicação foi extremamente importante por causa disso. No livro coloquei algumas reflexões da minha tese de doutoramento, fundamentalmente meu espanto com o trabalho. Eu estava espantado com a ignorância que a psicologia mostrava em relação ao trabalho. Eu imaginava encontrar alguma literatura na psicologia que tivesse alguma relação com o trabalho. Não havia. Particularmente a psicologia das organizações e do trabalho não tinha nada a ver com o trabalho como categoria de análise. O primeiro artigo que eu publico no livro diz estritamente isso: a psicologia não leva em conta a categoria trabalho e, sem levá-la em conta, não é possível fazer psicologia. Esse texto, que denominei de "O lobo mau da psicologia", acabou sendo o mais citado que já publiquei. Por que ele foi tão discutido assim? Acredito que ele toca o nervo da questão nos seguintes termos: institucionalmente, pelo menos até alguns anos atrás, havia psicólogos que atuavam sem nenhum embasamento crítico e psicólogos que faziam a crítica sem nenhum embasamento prático. O "lobo mau" trata a questão da possibilidade do exercício da crítica dentro da ação profissional. Acredito que também foi o "lobo mau" que me impôs a necessidade de estudar a saúde mental no trabalho. O segundo desdobramento foi a publicação de "O que é alienação".

CRP - O senhor fala, inicialmente, em psicologia do trabalho, depois em saúde mental e trabalho. Há uma alteração. Já não se refere mais à psicologia do trabalho. Na prática o que está fazendo: psicologia e trabalho, psicologia no trabalho ou psicologia do trabalho?

Wanderley - Toda questão da psicologia, de Wundt para cá, é a da possibilidade da construção de uma ciência do indivíduo singular. Como traçar leis gerais do evento singular. É uma impossibilidade lógica, não é possível fazer alguma ciência do sujeito particular, individual e intransferível. Indivíduo é átomo, é indivisível.

Não enxerguei, até hoje, nenhum pensamento em que essa contradição estivesse melhor tratada do que em Karl Marx. Há tentativas muito bem-sucedidas de tratar dessa questão. Por exemplo, o recuo pulsional, como Freud propõe, é uma tentativa de traçar algum

modo genérico de compreensão que escape da idiossincrasia individual. A tentativa do behaviorismo de apagamento do sujeito e de estabelecimento da relação entre estímulo e resposta é uma outra tentativa bem-sucedida, porém mais pobre.

Descobri na obra "Grundrisse", de Marx, a possibilidade de encontrar nexos capazes de compreender o indivíduo. Para mim, essa possibilidade está exatamente onde Marx disse: na economia. O trabalho é o único elemento de diferenciação entre o homem e os outros animais. Não há nenhuma diferenciação ontológica entre trabalho e linguagem no início da formação humana. A linguagem era um instrumento de sobrevivência tal e qual o tacape. Quer dizer, penso que o centro teórico, a possibilidade de uma ciência do indivíduo, dá-se a partir das suas relações de trabalho, a partir da sua sobrevivência.

O que eu fiz em saúde mental e trabalho foi um mero desdobramento desse nexo. Na minha opinião existe uma psicologia no trabalho. Com boa vontade, pode-se dizer que existe uma psicologia e trabalho. Mas penso que, ainda hoje, não há uma psicologia do trabalho. Quando se fala em psicologia do trabalho, está-se falando do trabalho como categoria determinante de análise, como categoria explicativa do que estiver acontecendo no sujeito. Isso é uma psicologia do trabalho. Estou tentando criar alguma coisa nessa direção.

CRP - Quer dizer, quando o trabalho está sendo negado como categoria fundamental pelo projeto chamado neoliberal, que prega o fim do trabalho, o fim da história, o senhor identifica a emergência de uma psicologia no trabalho?

Wanderley - Hegel dizia que quando o cristal se quebra é que você tem condições de compreendê-lo. Assim como a sexualidade entrou em crise na época vitoriana de Freud e foi possível perceber que ela é importante, no final do século, quando o trabalho entra em crise, é que se começa a perceber que ele é importante. É isso mesmo.

A crise que o trabalho sofre é a crise do taylorismo e do fordismo. As tentativas mais insípidas, ingênuas, de modificação das condições de trabalho, tipo programas de qualidade, programas de reengenharia - essas modas que acontecem a cada semana -, todas têm como centro o desmonte do taylorismo, a tentativa de redirecionar a questão da força de trabalho. Constatou-se neste final de século que a idéia do taylorismo e do fordismo, de contar com a força de trabalho, não funciona. Precisamos de trabalho e não de força de trabalho. Um dia isso vai chegar à economia. Mas não começa por ela. Não começa pelos pontos mais essenciais, mas, sim, pelas bordas. Acredito que o que está acontecendo hoje é a recuperação do trabalho. É o início do trabalho. Hoje, temos as

condições técnicas para eliminar o taylorismo. Há 20 anos, por exemplo, era preciso força física dentro da situação de trabalho e hoje não precisa mais. Iniciamos uma caminhada no sentido da invenção do trabalho na sociedade contemporânea. Eu disse invenção do trabalho. Isso não vai parar até alterar a economia, se você me permite uma profecia.

CRP - Os fundamentos teóricos de sua produção podem ser encontrados em Marx. Por outro lado, o senhor sempre faz referências a Freud. As categorias da psicanálise têm sido citadas pelo senhor, há um bom tempo, como categorias explicativas.

Wanderley - Eu encontro minhas referências teóricas, de um lado, em Marx e, de outro, também. No livro "Indivíduo, trabalho e sofrimento" eu tenho um texto "Discutindo com Freud". É um início de acerto de contas com Freud. Esse acerto de contas, é claro, não acabou e duvido que acabe um dia.

Há duas questões centrais. Em primeiro lugar há a questão de um modo de compreensão que parte da psicodinâmica. Isso foi visto pelos estudiosos de Frankfurt. Foi visto por pesquisadores que pensavam em algum tipo de "freudomarxismo". A minha diferença com esses pensadores é que eu não creio na possibilidade de uma fusão "freudomarxista" porque as categorias determinantes são rigorosamente diferentes. Há ontologias diferentes. Não é possível mesclar.

Embora não ache possível essa fusão, sou obrigado a dialogar. Primeiro, do ponto de vista da psicodinâmica. E, segundo, do ponto de vista da teoria da psicopatologia. Quais são as etiologias hoje possíveis, na psicanálise, da paranóia? Quais são as teorias elaboradas a respeito de uma etiologia da paranóia? Como faço saúde mental no trabalho e estou o tempo todo lidando com a questão da psicopatologia, sou obrigado a travar essa discussão.

Mas tem uma terceira questão que talvez nesse contexto seja mais importante. Nós, na psicologia, não temos apenas critérios de inclusão. Temos, também, critérios de exclusão. Eu tenho trabalhado muito com a idéia de que ajudaria se não tivéssemos critérios de exclusão, só de inclusão. Considero possível e rico beber e passear por diferentes teorias e pressuposições, e tentar recolher delas o que possa contribuir para a compressão do fenômeno. Temos confundido radicalismo com dogmatismo da psicologia.

Procuro fazer uma psicologia radical. Mas nem por isso vou deixar de beber da psicanálise, do behaviorismo. Só não vou fazer um behaviorismo marxista. Ou uma psicanálise marxista. Isso é outra coisa. Há descobertas. O esquema de reforçamento de Skinner e de Keller, por exemplo, são descobertas. Freud também tem suas descobertas. Os mecanismos de defesa são uma descoberta.

Há, ainda, outra vertente nisso. Eu faço uma psicologia marxista não leninista. Se pegarmos a chamada psicologia dialética, a psicologia que vai beber do marxismo, ela tem um forte viés do Marx que Lênin leu. E não é isso. O que Lênin fez foi transformar o marxismo numa arma política, numa arma de guerra. Há coisas que são truísmos do pensamento marxista que nunca estiveram em Marx. A idéia, por exemplo, de que os oprimidos deveriam se reunir e tomar de assalto o poder é uma idéia leninista. Ela não compareceu em Marx.

Marx publicou o primeiro volume de "O Capital", mas, quando morreu, deixou os manuscritos. O segundo e o terceiro volumes de "O Capital" foram organizados e, muitas vezes, escritos por Engels. Ele avisa isso no prefácio. Qual é a diferença da visão de Engels para a visão de Marx? É que a visão de Engels não leva em conta o indivíduo. Engels parte da sociabilidade natural. Ele chega a dizer, na "Dialética da natureza", que um papagaio é tão humano quanto uma lavadeira de Berlim porque domina a linguagem. Então é essa a visão de sociabilidade natural que vinga em "O Capital", já por uma distorção política do marxismo.

Portanto, de um lado, há a briga com a psicanálise porque é impossível trabalhar com a idéia da etiologia sexual das neuroses, da consciência e daí por diante. Do outro, há a briga com os marxistas porque é impossível pensar o marxismo sem o indivíduo e sem uma forte compreensão de como é que o capitalismo constrói o indivíduo. E isso acabou virando um espaço que precisava se tornar operacional. Nem só de discussões vivemos todos e um bom modo de operacionalizar isso foi saúde mental e trabalho, porque faz parte da vida, da prática, do cotidiano das pessoas a necessidade de discutir essas coisas.

Nesse sentido, o que é saúde mental e trabalho? É uma tentativa de fazer uma psicologia do trabalho. Uma psicologia que vai ter de beber da clínica, ou de onde quer que seja. Em vez de ficar apenas discutindo quero um território onde essas idéias possam estar em confronto. Saúde mental e trabalho é um bom território. Em outras palavras, é a combinação de uma metodologia dedutiva com uma metodologia indutiva. Quer dizer, de respeito pelo fenômeno tal e qual ele ocorre.

CRP - E quanto à metodologia? Por que, metodologicamente, o senhor utiliza certos instrumentais considerados tradicionais nas pesquisas sobre saúde mental do trabalho?

Wanderley - Quando fui fazer o primeiro projeto de saúde mental e trabalho a pergunta era: que instrumento utilizar? O mero inventário de impressões não revela rigorosamente nada sobre o problema. E os outros instrumentos, como é que me viro com eles, se têm uma matriz teórica etc.? Saí em busca de um instrumento que pudesse fornecer dados a respeito de psicopatologia, que pudessem ser utilizados em situações de trabalho. Eu podia fazer estudos de casos clínicos, com um, dois, três, quatro sujeitos no máximo, mas não poderia fazê-los com 40 ou 400. Porém, necessitava de um instrumento que desse alguma idéia de psicopatologia.

Fui procurar todos os instrumentos que estavam disponíveis e todos eles apresentavam um mesmo problema: ou eram analíticos, de um ponto de vista da lógica clínica, ou eram extremamente sintomáticos, do ponto de vista psiquiátrico. Outro problema era que os nexos teóricos que se traçavam com relação aos instrumentos eram fortes e definitivos. Não se pode

"Procuro fazer uma psicologia radical, mas nem por isso vou deixar de beber da psicanálise, do behaviorismo"

ENTREVISTA

aplicar um Rorschach sem fazer psicanálise. Não se pode aplicar um TAT sem fazer psicanálise. Encontrei o MMPI. Hoje há outros instrumentos, mas à época o MMPI foi o único que tinha sido feito empiricamente. Levantava a forma como os deprimidos respondem, a forma como os paranóicos respondem, a forma como os histéricos respondem, sem perguntar o que é depressão, o que é histeria, o que é paranóia.

CRP - Quer dizer, a fraqueza do instrumento é a sua força.

Wanderley - Digo isso a toda hora. Atualmente não uso mais o MMPI, mas, quando o utilizava, costumava dizer que a escolha tinha sido pelos seus defeitos, porque ele faz uma fotografia. Usávamos o MMPI como levantador de inferências. Ele é um bom levantador de inferências exatamente pelos seus defeitos, porque não pergunta a respeito de nada, ele simplesmente recolhe 566 perguntas, sempre com bons resultados.

O problema é achar que o MMPI está medindo alguma coisa. O MMPI não mede coisa nenhuma. Ele é um instrumento para levantar inferências. É assim que o clínico usa. O clínico não acha que o sujeito é paranóico porque ele respondeu que tem um jacaré embaixo da cama. Ele acha que o fato de ele ter respondido isso abre uma hipótese que deve ser investigada.

Por questões operacionais começamos a trabalhar com o MMPI resumido. Deixamos de trabalhar com o 566 e começamos a trabalhar com o 68. Porque algumas empresas não podiam deslocar duas horas de trabalho e nós precisávamos de menos tempo. Depois teve a formação do grupo da UnB, onde estou trabalhando atualmente. De posse de um grande número de pessoas pesquisadas com o MMPI - já o tínhamos aplicado por inteiro em 3.000 sujeitos e feito o mesmo com a versão resumida em 2.000 sujeitos -, submetemos esses dados todos a análises estatísticas, análises fatoriais. Fizemos, novamente, um processo qualitativo/quantitativo, indutivo/dedutivo de análise, questão a questão, do MMPI. Procedemos à análise de conteúdo clínico das escalas. O resultado foi um outro inventário.

Hoje, em nosso diagnóstico do trabalho, a parte de saúde mental no trabalho é composta de um inventário de 130 questões, tratado com leitura óptica. É preciso esclarecer uma coisa: o que nós fazemos é diagnóstico do trabalho. Saúde mental e trabalho é uma parte do diagnóstico do trabalho. Hoje podemos recolher dados em 40 minutos de aplicação. Dados que sem dúvida são mais completos do que eram com o MMPI.

CRP - Em suas pesquisas foram investigados segmentos profissionais diferentes. A hipótese é a de que o processo de trabalho diferenciado provoca ou tem relações diferenciadas com as psicopatologias?

Wanderley - É pior do que isso. A hipótese é que o trabalho é o elemento central na constituição da identidade. A identidade do ser humano forma-se na infância, na adolescência, na sexualidade e no trabalho. Quando falo em identidade refiro-me à possibilidade de reconhecimento de si mesmo, refiro-me ao modo como alguém torna-se parecido consigo mesmo. Sabemos como é que a identidade se forma na infância, como é que se forma na sexualidade, na escola, mas não sabemos nada sobre como é que ela se forma no trabalho.

O trabalho tem estatuto de categoria

ontológica para explicação de identidade, de personalidade e, portanto, de sofrimento psíquico. O fato de o trabalho determinar sofrimento psíquico é corolário do fato de que determina a identidade.

CRP - Quer dizer, a hipótese é a de que esse corolário tem expressões diferentes de acordo com os vários segmentos profissionais?

Wanderley - Não é que ele tenha expressões diferentes, mas tem estruturas diferentes. O trabalho é portador de uma lógica estruturante. Trata-se de que as atividades são portadoras de um modo de ser, de se comportar etc. Por exemplo, nesse momento estamos estudando a categoria dos professores. Nossa pergunta, investigando a saúde mental e trabalho dos professores do país inteiro, é: Como é a lógica que estrutura o trabalho do professor e que relações essa lógica tem com o sofrimento que o professor manifesta? O professor tem um vínculo afetivo com a sua clientela, que ele é obrigado a conquistar. Por outro lado, ele tem a necessidade de dar um tratamento objetivo e racional à mesma clientela, o que se incompatibiliza com esse vínculo. O professor precisa cuidar, mas ao mesmo tempo precisa ensinar e ganha um salário para isso. A relação de cuidado é imediata. Por outro lado, sua profissão determina uma relação racionalizada, objetiva, mediatizada. Esse conflito é o conflito estruturante do trabalho do professor.

CRP - Ainda assim, apesar de o diagnóstico referir-se ao trabalho e não ao profissional, suas pesquisas têm associado a psicopatologia a determinadas profissões?

Wanderley - Estamos acostumados a reconhecer um evento único de trauma sexual que possa prejudicar a personalidade inteira. Mas não estamos acostumados a ver que uma formação profissional pode afetar a personalidade e o sofrimento de um sujeito.

Mas isso significa que existe um perfil patológico diferente para um trabalho diferente? Rigorosamente não. Isso significa que hoje nós podemos apontar para uma determinada estrutura de trabalho e dizer qual é o risco do ponto de vista de saúde mental? Ainda não, mas isso é por incompetência nossa. Sabemos, hoje, o que um determinado tipo de postura sexual do pai com relação ao filho vai provocar na idade adulta. Mas não sabemos isso no trabalho porque nós não estudamos o trabalho suficientemente.

Em algumas categorias eu sei. Por exemplo, a paranóia que aparece entre os digitadores é possível de ser evitada se muda a forma como se controla o seu trabalho. Isso é uma descoberta recente, foi publicada por nós em 1994. Hoje podemos sentar com o administrador de empresas e dizer que, para os digitadores, ele deve organizar o trabalho de

forma tal que não ocorra uma incidência de paranóia. Ah, então quer dizer que digitador fica paranóico? Não, quer dizer que o tipo de controle, o tipo de estrutura que foi montada inadvertidamente naquela situação de trabalho implicou sofrimento. É brutal isso.

CRP - O senhor descreveu todo o processo de saúde mental e trabalho como campo de pesquisa. E do ponto de vista da atuação profissional do psicólogo, que tipo de consequência o senhor vê nessa área?

Wanderley - As estatísticas atuais dos EUA apontam que os distúrbios psicológicos no trabalho, como eles chamam, são a segunda causa de afastamento no trabalho. E a projeção é de que sejam a primeira até o final do século. No Brasil as estatísticas não existem, mas não há nenhuma razão para se supor que o problema seja diferente. Do ponto de vista de gastos com saúde pública isso representa 500 bilhões de dólares nos EUA. Os dados são da American Psychologist, em 1991. A mesma revista, no mesmo ano, soltou um número especial para alertar os psicólogos de que a área de atuação central no próximo século vai ser saúde mental e trabalho. E também para alertar os psicólogos de que eles não estão preparados para isso. Não têm isso na sua formação.

Todos os projetos de tentativa de transformação das condições de trabalho em discussão hoje em dia levam em conta as questões da subjetividade no trabalho. Os moldes tayloristas de produção, segundo os quais o sujeito devia viver os seus conflitos afetivos em casa, desapareceram do cenário do trabalho e, portanto, a questão da subjetividade e da afetividade vai ter de ser tratada dentro do trabalho, de uma forma ou de outra. A questão da saúde mental, participação e qualidade no trabalho é o eixo que vai mobilizar todas as discussões de trabalho neste final de século.

O que acontece do ponto de vista de atuação profissional é que o mercado está extremamente carente de um diagnóstico de saúde mental e trabalho. Os recursos humanos das empresas estão extremamente carentes de um projeto de atuação de longo prazo que leve em conta a subjetividade do trabalhador. Há pouca gente fazendo isso. A literatura e os grupos que atuam nessa área multiplicaram por 10 nos últimos quatro anos. Mas, se considerarmos a demanda, temos de decuplicar os psicólogos especializados no assunto.

A demanda cresceu muito. Mas, do ponto de vista do que nós estamos precisando, é brutal. Não é compreensível que essa demanda seja tão alta e que a capacidade dos psicólogos de atender seja tão baixa. Inclusive do ponto de vista educacional, poucas universidades têm saúde mental e trabalho em seu currículo.

CRP - O senhor citou o professor José Arthur Gianotti a partir de quem

"Todo mundo tem direito à covardia. O grande problema é transformar a covardia em arcabouço teórico"

depreendeu, numa conferência, que não há trânsito de uma área para a outra sem pagar alfândega. Além disso, falou na impossibilidade de fusão entre teorias, mencionando as de Marx e Freud, no caso específico de suas pesquisas. Qual a sua opinião sobre a interdisciplinariedade?

Wanderley - Trabalho com grupos de profissões e de formações diferentes, pessoas formadas em sociologia, psicologia clínica, economia, estatística, psiquiatria etc. Gosto desta articulação, mas compreendo isso como confronto entre disciplinas. A água da geografia é muito diferente da água da física, mesmo que seja a mesma gota d'água. A geografia inventou um jeito de ver a água que deu certo. A física inventou um jeito de ver a água que também deu certo. Não vamos inventar um jeito físico-geográfico de ver a água. Não tem jeito de fazer isso. Mas a briga, o confronto, a discussão cotidiana entre o modo como o geógrafo vê a água e o modo como o físico a vê melhora a compreensão de um e de outro sobre o assunto e permite uma atuação do ponto de vista da água um pouco mais responsável.

Isso é muito diferente de ficar fazendo salada mista de profissionais diferentes para lidar com problemas supostamente iguais. Os problemas não são iguais. O problema que um sociólogo enfrenta quando faz um diagnóstico do trabalho é um problema de sociologia. O problema que um psicólogo enfrenta quando faz um diagnóstico do trabalho é um problema da psicologia. O trabalho vai se beneficiar desse confronto. Quanto a nós, temos que brigar, e muito, para preencher as lacunas que a sociologia, a psicologia, a medicina têm.

O que está em discussão é que nós temos um modelo de universidade cuja origem foi bebida na França e, com as nossas características, acabou se transformando num aleijão. Há um truismo de que primeiro você vê, depois você ouve, depois você discute e se der você faz. O aluno é protegido da prática profissional até o quinto ano. Quando chega ao quinto ano, escolhe um supervisor para protegê-lo da prática até que termine o curso. Aí ele volta e paga a esse mesmo supervisor para continuar protegendo-o depois que ele saiu do curso.

CRP - O senhor deixou bastante clara a sua posição quanto aos referenciais teóricos. E expôs as questões metodológicas, técnicas. Como o senhor vê as críticas à ciência? A ciência acabou, como se apregoa atualmente?

Wanderley - Estamos perante uma estruturação orquestrada de uma ideologia da desistência que diz que a ciência acabou, o trabalho acabou, a ideologia acabou. Tem muita gente querendo fundamentar teoricamente a desistência. As pessoas desistiram de compreender, desistiram de intervir, desistiram de atuar. Até aí, tudo bem, todo mundo tem direito à covardia. O grande problema é transformar a covardia em arcabouço teórico. Aí não dá.

"Estamos carentes de um projeto de atuação de longo prazo que leve em conta a subjetividade do trabalhador"

COMPORTAMENTO

Casa de ferreiro, espeto de pau?

MULHERES PSICÓLOGAS FALAM DA EXPERIÊNCIA DA MATERNIDADE E CONTAM COMO REAGEM NOS CONFLITOS COM OS FILHOS

Enganam-se as mães que acreditam resolver com “psicologia”, no sentido popular do termo, certas reações de seus filhos, como um escândalo no supermercado ou a insistência deles em substituir o jantar por balas e bombons. Até mesmo as mães que são psicólogas de profissão não estão salvas de viver conflitos desse tipo com seus filhos. “É frustrante não conseguir evitar”, diz Aline Eugênia Camargo Gurfinkel, mãe de Jonas, 3 anos e meio, e Flora, 10 meses. Aline sabe que, no âmbito doméstico, a teoria pouco serve, “a não ser como defesa, o que pode impedir o real contato com o problema”, justifica. As dificuldades em lidar com as questões da infância dos filhos e da maternidade estão presentes em qualquer família. “É um engano achar que podemos eliminar os conflitos de nossas vidas”, completa.

Maria Stella Ribeiro de Sampaio Leite, psicóloga de formação e psicanalista de profissão, acredita que, de um lado, o conhecimento da psicologia pode auxiliar. Especialmente quando se tratam de assuntos comuns a determinada fase do desenvolvimento psíquico da criança. Stella tem dois filhos: Pedro, 10 anos, e Júlio, 3 anos. O conhecimento teórico, assim como sua experiência clínica, contribuíram para que, no papel de mãe, fosse muito menos aflita com as coisas comuns da infância, como, por exemplo, a lambança, o choro, a dificuldade de comer, a fase do não. Mas ela sabe que o domínio dessas teorias não elimina os problemas que são inerentes às relações humanas, assim como não facilita a convivência entre mãe e filhos. “Ser mãe é algo que se aprende na prática”, diz. Os filhos de Stella nasceram em momentos diferentes da sua vida. Com Pedro, ela se sentia inexperiente e se cobrava mais em dar conta de todas as funções de mãe e, ao mesmo tempo, investir ao máximo em sua profissão. Anos mais tarde, quando teve seu segundo filho, percebeu que podia ser mais tranqüila e à vontade no exercício da maternidade. Aprendeu que não precisaria participar de todos os congressos, por exemplo, nem se sentir tão culpada por não poder estar o tempo todo ao lado dos filhos. “Minha primeira experiência como mãe tornou possível essa conquista”, afirma. Hoje, sente prazer em estar com os filhos, mesmo sendo pouco tempo. Sente menos culpa. “A culpa é um veneno nas relações, principalmen-



te entre mãe e filho”, completa. Mais que os conhecimentos teóricos, ou sua experiência clínica, Stella atribui importância fundamental à sua análise pessoal, tanto para desempenhar as funções de mãe quanto para a realização de bons atendimentos no consultório. Mas a psicanalista também admite que a vivência da maternidade teve influência positiva em sua profissão. “Antes de ser mãe, era uma pessoa muito pouco acolhedora com a dor da mãe”, lembra.

Com Aline também aconteceu algo semelhante. A experiência de ser mãe lhe permitiu tocar em aspectos essenciais de sua vida afetiva e tornou mais fluente seu trabalho em análise e no consultório. “Um filho muda o casamento, muda o que se pensava sobre ser mãe, muda o jeito que se ouve pequenas observações de pacientes”, diz. Assim, Aline acredita que, por compartilhar de experiências semelhantes com suas pacientes, pequenos comentários que antes teriam um sentido diferente hoje fazem mais sentido quando surgem em sua clínica, o que lhe possibilita intervir de forma diferente. “São sutilezas que se aprende somente quando se vive a questão. A gente pode ouvir de outro jeito”, explica.

Antes do nascimento dos filhos, Aline imaginava que o fato de ser psicóloga facilitaria seu entendimento a respeito das questões do desenvolvimento psico-afetivo deles. A chegada de Jonas a fez mudar rapidamente de idéia. O fato de exercer a profissão de psicóloga, atender crianças no consultório, mais atrapalhava do que ajudava quando o assunto era seu filho. “Em casa, sei que não sou psicóloga. Mas às vezes fico me cobrando como se fosse”, diz. Nos dois primeiros anos após o nascimento do primeiro filho, Aline não mexeu muito na sua vida.

“Quis dar uma de heroína”, lembra. Na época, trabalhava muitas horas no Centro de Saúde, atendia no consultório e ainda fazia formação em psicanálise. “Tentava estipular um número mínimo de horas que deveria dedicar ao meu filho, como se o critério fosse quantitativo”, lembra. Com o tempo percebeu que de nada adiantava estar em casa preocupada com o trabalho. Com a sua filha Flora foi diferente. Aline percebeu que podia trabalhar menos, sem culpa. Deixou o emprego no Centro de Saúde, reduzindo sua jornada de trabalho. Hoje, organizou-se de tal forma a manter meio período do dia livre para estar com as crianças. Claro que, sob o ponto de vista econômico, teve que abrir mão de ganhar mais. Nesse aspecto, ela conta com o marido, também psicanalista, para garantir o orçamento. “Faz parte da divisão de tarefas”, explica.

Questões essenciais que dizem respeito ao afeto da mãe e do filho, que implicam culpa, ansiedade, impotência, controle e mais uma gama de sentimentos ambíguos, fazem parte do ato de se relacionar. “Dói igual, as aflições são as mesmas, projetamos nossos ideais em nossos filhos como qualquer outra mãe. É ilusório achar que se tem mais instrumentos que outras mães porque se é psicóloga”, explica a psicanalista Miriam Chneiderman, mãe de Luana, 20 anos, e Monaina, 15 anos. Filha de uma conceituada psicanalista, Miriam cresceu num ambiente onde tudo era conversado. Desde cedo, conviveu com os amigos da mãe e teve acesso a informações importantes para sua formação. Por outro lado, seguir a mesma carreira da mãe exigiu dela um trabalho difícil, para afastar a possibilidade de se tornar sua sombra. “Foi uma luta muito grande conseguir

traçar meu próprio caminho e ter meu próprio nome”, lembra. Talvez pelo fato de ter sido essa e não outra a sua história familiar, Miriam não nutriu qualquer fantasia de que, pelo fato de ser psicóloga, seria possível controlar o caminho que suas filhas traçariam no decorrer de suas vidas. “Toda mãe e todo pai tenta preparar seus filhos para a vida”, explica. Assim, Miriam vê no profissional de psicologia uma sensibilidade maior para lidar com os afetos, embora chame atenção para o fato de que nada impede que profissionais de outras áreas possam realizar esse trabalho de forma igualmente sensível. “Como mãe, sinto-me muito atenta para as questões das minhas filhas. Mas, exatamente por ser mãe delas, sei que há coisas que não consigo ver”, completa. A experiência de Miriam como filha a fez repensar muito do seu papel de mãe. Coisas típicas de sua geração, como conversar a respeito de tudo, ter liberdade total, hoje Miriam questiona. “É preciso saber respeitar nossos limites de mãe. Querer participar e compreender tudo o que se passa com os filhos é querer assumir um controle sobre a vida deles que não se tem”, conclui.

Excesso de cuidado é algo que não ajuda em nada no desenvolvimento dos filhos. Pelo contrário, pode gerar na mãe uma ansiedade que atrapalha sua relação com os filhos. “É como ter um terceiro olho e ficar antecipando o problema”, explica Stella. Como mãe, ela prefere não revelar aos filhos sua impressão sobre algo que está acontecendo, deixando que fiquem com a idéia maquiada da realidade, até que possam descobrir sozinhos. Claro que nenhuma mãe está a salvo de sentir angústia por não poder facilitar o trabalho dos filhos. “Muitas vezes tenho que dizer para mim mesma: eu sou mãe”, desabafa.

Na hora de definir a educação dos filhos, a teoria pode entrar como desculpa quando a mãe é psicóloga. Certas mães sentem-se mais autorizadas que os maridos, especialmente quando estes são profissionais de outras áreas, a traçar as diretrizes educacionais dos filhos. “No fundo, o que a mãe tenta fazer quando se sente mais autorizada para definir as diretrizes dessa educação é realizar algo típico de ser mãe: monopolizar o filho”, analisa Aline. A função do pai, nesse caso, é brigar para ocupar seu espaço. “E, para o bem da criança, é bom que ele consiga fazê-lo.”

SAÚDE PÚBLICA

Desmonte de serviços de saúde provoca redução de atendimentos psicológicos

Desde que a Prefeitura começou a fazer remoções dos profissionais que não aderiram ao Plano de Atendimento à Saúde (PAS), o número de atendimentos psicológicos nos serviços públicos (que não pertencem ao Plano) caiu pela metade. A constatação é de uma pesquisa realizada pelo Conselho Regional de Psicologia, no mês de agosto deste ano, com os 273 psicólogos que não aderiram ao plano de privatização da saúde. Segundo informações de um dos coordenadores do trabalho, o conselheiro Floriano Nuno de Barros Filho, todos os psicólogos cujas remoções foram publicadas no Diário Oficial do Município foram procurados, sendo que 54,93% (150 profissionais) responderam ao questionário do CRP.

Barros Filho informou também que, de acordo com os dados tabulados, o Conselho pôde proceder a uma comparação da situação dos psicólogos que não aderiram ao PAS nos serviços de saúde antes e depois da implantação do Plano. De acordo com esses resultados, dos 150 profissionais que responderam e que antes atuavam na área da saúde, somente um percentual aproximado de 48% (ou 73 psicólogos) continua atendendo, mas não necessariamente na área da saúde. Em compensação, dos 150 profissionais que responderam ao questionário, 46 (aproximadamente 30%) foram deslocados para atividades de planejamento,

também nesse caso não necessariamente na área da saúde. Há, ainda, 13 psicólogos (8% dos que responderam à pesquisa) sem local ou atividade definida, 9 (ou 6%) que estão fora da área da psicologia, 4 que estão trabalhando na área de Recursos Humanos (ou seja, aproximadamente 2%) e 4 profissionais (2%) que não responderam para que local foram removidos. Ainda segundo os resultados da pesquisa, no mês em que foram aplicados os questionários, os 150 profissionais pesquisados haviam realizado 4.663 atendimentos. "Mas, após a remoção, esse número caiu para 926, ou seja, houve uma redução nos atendimentos da ordem de 80,14%", disse Barros Filho.

Outro dado que chamou a atenção dos conselheiros do CRP foi a atual composição das equipes multiprofissionais. Quando indagados sobre os profissionais com os quais estão trabalhando nessas equipes, as respostas dos psicólogos apontaram para redução na participação de algumas especialidades que tradicionalmente atuavam nas equipes multiprofissionais. Segundo os dados, depois que foram feitas as remoções, as equipes multiprofissionais contam hoje com uma presença menor (a redução gira em torno de 63%) de fonoaudiólogos. Da mesma forma, essas equipes contam com um número 46% menor de terapeutas ocupacionais e 60% menor de psiquiatras. Quanto à presença de outros

psicólogos, além dos que responderam ao questionário, também houve uma redução da ordem de 42,20%. "Essa informação mostra a pulverização e o desmonte dos serviços, já que serve como base para a afirmação de que as equipes multiprofissionais também foram desmanteladas e os profissionais estão trabalhando isoladamente", afirmou.

Para Barros Filho, esse desmonte de serviços constituídos ao longo de anos de trabalho confirma as advertências que o CRP vinha fazendo sobre os riscos oferecidos pelo plano de privatização da Prefeitura desde o início de sua implementação. "Eram serviços montados ao longo de vários anos e que contavam com profissionais experientes. Reorganizá-los vai requerer tempo", lamenta o psicólogo.

O conselheiro do CRP falou ainda que, embora o Diário Oficial do Município seja a única fonte oficial do número de profissionais removidos, os 273 nomes de psicólogos publicados nesse veículo não representam a totalidade dos transferidos. "Sabemos de muitos psicólogos que foram removidos mas não tiveram seus nomes publicados, já que esse procedimento não é obrigatório em alguns casos em que o profissional não chega a mudar de secretaria", explicou.

Cooperativas

Paralelamente ao trabalho de investigação da situação dos profissionais

que não aderiram ao PAS, o CRP procurou investigar também a situação daqueles que aderiram ao Plano. Há uma estimativa de que existiam 450 psicólogos vinculados à Prefeitura. Até agora sabe-se que apenas 18 aderiram ao PAS. Para tentar sanar dúvidas o Conselho entrou em contato com todas as 14 cooperativas solicitando informações sobre os psicólogos que constam de seus quadros funcionais. Apenas sete responderam à solicitação. Nessas, existem hoje 113 psicólogos trabalhando.

Segundo informações de Barros Filho, os dados fornecidos pelas cooperativas, cruzados com as informações de que o Conselho dispõe em seus cadastros, demonstram que dos 113 profissionais que trabalham no PAS apenas 16 (14%) possuem especialização na área de saúde e 44% deles já atuavam na área. Isso, no entanto, não significa que tenham experiência anterior na área de saúde pública, uma vez que a área de saúde pode englobar profissionais de práticas diferentes, como consultórios particulares, por exemplo. "É uma situação preocupante, principalmente se considerarmos que a Prefeitura removeu profissionais experientes na área para colocar em seus lugares pessoas que podem estar despreparadas quanto ao tipo de serviço na área pública", concluiu Barros Filho.

Conferência reafirma importância do SUS

A 10ª Conferência Nacional de Saúde, que aconteceu em Brasília, de 1º a 6 de setembro, decidiu incluir em seu relatório final a necessidade de que o governo federal invista mais recursos na implantação definitiva do Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com o relatório, o governo deverá passar a investir de 8% a 10 do Produto Interno Bruto (PIB) no lugar dos 3,5% que são investidos hoje no setor saúde. Foi discutida ainda a Norma Operacional Básica (NOB) que deverá regulamentar a gestão financeira do SUS e que determina que os recursos sejam pagos por procedimentos e não mais pelo número de habitantes em cada município,

como era feito no tempo do extinto Inamps.

Segundo dois dos representantes do Conselho Regional de Psicologia junto à Conferência, Floriano Nuno de Barros Filho e Maria Costantini, durante os debates constatou-se que, desde a criação do SUS, pela Constituição de 1988, nos municípios onde o Sistema Único vem sendo implementado houve considerável melhoria na qualidade do atendimento à população e os indicadores de saúde nesses locais são hoje melhores do que antes da implantação do SUS. "Mas constatou-se também que nos Conselhos Municipais e até mesmo no Conselho Nacional de Saúde a paridade da representação não vem sendo respeitada e por

isso foi discutida a importância de que as pessoas que participem dos Conselhos fiquem atentas para que seja respeitado o princípio de representação de 50% para o poder público e 50% para trabalhadores e usuários do sistema", informou Maria Costantini.

Os 1.200 delegados presentes à Conferência decidiram incluir também no relatório a necessidade da imediata aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 169), que está em tramitação no Congresso Nacional, de autoria dos deputados Eduardo Jorge e Waldir Pires, que determina que 30% do orçamento da Seguridade Social e 10% do orçamento dos Estados e municípios sejam destinados à saúde.

Informe publicitário

DISQ FREUD®

SP - (011) 815-3344 BIP 6R29

RJ - (021) 442-2430

**Obras completas,
nova edição, garantia
Super promoção**

Português - 24 vols. - Editora Imago

à vista 370,00 ou 2 x 195,00

ou 3X 140,00 ou 4 X 110,00

Castelhano 25 vols. - Editora Amorrortu

Espanhol 3 vols. - Editora Nueva

Traduções do Alemão - Sob consulta

Atendemos
em todo
o Brasil

**Entrega a
domicílio**

CGC 72.082.308/0001-34

II CONGRESSO NACIONAL

Congresso define ações para os Conselhos

DELEGADOS DE TODO O PAÍS DISCUTIRAM OS TEMAS DO EXERCÍCIO E DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS PSICÓLOGOS



Os delegados presentes ao II Congresso Nacional da Psicologia, realizado em agosto passado em Belo Horizonte, traçaram os princípios de ações que deverão ser seguidos pelos Conselhos Regionais e Federal nos próximos dois anos. Os temas discutidos foram os mesmos dos Congressos Regionais realizados em junho por todos os CRPs: avaliação psicológica, as práticas ditas alternativas, critérios para abertura e fechamento de cursos de psicologia, os estágios supervisionados e as clínicas-escola, além de uma avaliação sobre a legislação que regulamenta a profissão (Lei 4.199/62) e a que cria os Conselhos de Psicologia (Lei 5.766/71).

O fio condutor dos debates de todos os temas foi a necessidade de que a prática psicológica volte-se para um modelo de atendimento que respeite os princípios de cidadania e promova a saúde coletiva. As deliberações do Congresso, portanto, apontam no sentido da continuidade da luta (iniciada no I Congresso Nacional, realizado em Campos do Jordão em 1994), para que a psicologia seja, cada vez mais, respeitada como ciência que tem contribuições a dar na resolução dos graves problemas sociais do país. “Nossa preocupação daqui para a frente é com que cada delegado assuma o compromisso de reproduzir em sua região o que foi discutido aqui para buscarmos maneiras de concretizar essas decisões”, disse, ao final do evento, Jonas Davi Cardoso Ferreira, da delegação do CRP-05 (Rio de Janeiro).

Durante o Congresso foram apresentadas as duas chapas que concorrem à próxima gestão do Conselho Federal de Psicologia. A chapa 1, “Consolidação Nacional”, tem como presidente Odair Sass. A chapa 2, “Um Conselho para cuidar da Profissão”, tem como presi-

dente Ana M. Bahia Bock (veja programa das chapas às págs. 10 e 11). No início do Congresso temia-se que os debates sobre a sucessão polarizassem o evento, esvaziando as discussões no plenário. Tal fato, no entanto, não ocorreu. “A articulação de chapas não atrapalhou a realização do Congresso. Tivemos uma discussão madura, sem embates pessoais ou acirramento de posições”, avaliou a delegada do Estado do Pará, Moema Britto. A consulta à categoria será realizada em 28 de novembro deste ano.

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Por ser o mais técnico do Congresso, o tema da avaliação psicológica foi o que suscitou maiores polêmicas. Os debates no grupo de sistematização das teses enviadas por todas as regiões do país abordaram os laudos, atestados e pareceres psicológicos, seus impactos sobre o sujeito avaliado e a utilização da CID 10 (Classificação Internacio-

nal de Doenças) pelo psicólogo. Discutiu-se também parâmetros para avaliação psicológica e os aspectos de comercialização e acesso aos instrumentos. Devido às várias concepções teóricas e metodológicas representadas no Congresso, nem sempre foi possível chegar a consenso. Por isso, muitas teses foram para o plenário em várias versões, para decisão da maioria.

Após exaustiva discussão, as deliberações apontaram para a preocupação com a falta de rigor na utilização dos instrumentos e para a necessidade de que as avaliações levem sempre em consideração o contexto social em que o fenômeno a ser avaliado é produzido. E que seja amplamente divulgado que o cliente tem direito sobre os resultados de sua avaliação psicológica. O plenário aprovou também que os Conselhos Regionais e Federal definam ações que garantam o cumprimento das normas e procedimentos por parte de editores de testes.

Apesar de acirrados, no entanto, os

debates sobre a avaliação psicológica não decepcionaram. Para Daniela Ribeiro Schneider, representante de Santa Catarina, as teses aprovadas têm o mérito de tentar criar critérios e objetivos comuns para a avaliação, sem romper com o princípio de respeito à diversidade de práticas e concepções. “Acredito que as teses aprovadas apontam no sentido de que o objeto da psicologia é o homem e seu contexto”, disse ela.

Outra questão que causou polêmica foi a utilização da CID 10 pelo psicólogo. De um lado, há os que defendem que a CID 10 reproduz o modelo médico e que, portanto, a psicologia deveria criar um instrumento de classificação próprio. De outro, há aqueles que entendem ser a classificação um instrumento internacional e, portanto, não um patrimônio de quaisquer categorias profissionais. As discussões não se esgotaram, mas o plenário decidiu que o Conselho Federal e os Regionais deverão trabalhar junto às instituições que promovem convênios com profissionais da psicologia para que seja abolida a obrigatoriedade de a CID 10 constar do diagnóstico elaborado por psicólogo.

PRÁTICAS ALTERNATIVAS

Embora fosse o tema em que se esperava surgirem as maiores controvérsias, o debate sobre as práticas alternativas ocorreu sem acirramento de posições. Tirou-se o indicativo de que as discussões devem ser ampliadas, para buscar-se maior conhecimento das práticas que hoje norteiam a atuação de profissionais da psicologia.

A necessidade de revogação da Resolução do Conselho Federal 029/95 foi consenso entre os participantes dos grupos de sistematização (o tema foi discutido por dois grupos). A decisão foi acatada pelo plenário que definiu o



Psicólogos decidem no voto as ações dos conselhos para os próximos dois anos

II CONGRESSO NACIONAL

Fotos: Charles Duarte



Discussão sobre práticas alternativas no grupo de sistematização

final do primeiro semestre de 1997 como prazo para edição de nova resolução, orientando os psicólogos sobre o tema. A elaboração da nova resolução, no entanto, deverá ser precedida de ampla discussão com a categoria. Para isso será criado um Fórum de Debates com a categoria a partir de novo eixo de discussão: prática alternativas e a produção do conhecimento para a psicologia. Esse Fórum será composto por dois representantes de cada Conselho Regional e do Conselho Federal.

Sobre as decisões tomadas a respeito das práticas alternativas, o representante da 6ª Região, Delvo Ferraz da Silva, fez a seguinte síntese: "A discussão sobre as práticas alternativas foi importante porque fez com que refletíssemos sobre nossas práticas. Tenho ouvido muitas queixas dos preconceitos que rondam esse tema, mas, com a realização do Congresso, acredito

que o psicólogo se apropriou do tema. Isso é positivo porque não ficaremos mais à mercê de outras categorias, que também já vêm discutindo as práticas alternativas. O psicólogo não poderia ficar à parte desse movimento. Vejo ainda outro grande mérito na discussão, que é pensarmos novamente no conceito de saúde com o qual lidamos cotidianamente."

Formação

A necessidade de haver maior controle sobre as instituições formadoras foi o ponto de partida para os debates sobre os estágios supervisionados e as clínicas-escola.

Definiu-se uma ação política dos Conselhos em relação à formação. Dessa forma, as entidades dos psicólogos deverão propor às universidades a criação de um Fórum de Debates sobre a situação dos estágios. O objetivo desse

Fórum será discutir a qualidade do estágio e o cumprimento da legislação. Isso porque, embora os estágios sejam obrigatórios nas diversas áreas, nem sempre as instituições cumprem essa regra. "Não queremos fazer ingerências na universidade, mas criar um espaço de reflexão conjunta", explicou Leonardo Danziato, representante do CRP do Ceará.

Também foi aprovada a decisão de que os CRPs incentivem os serviços de psicologia aplicada e as clínicas-escola das universidades a implantar Unidades Universitárias de Serviços à Comunidade (USSC), para funcionar como um centro de referência com vínculo com as instituições. Para Fernanda Otoni de Barros, do CRP de Minas Gerais, as teses aprovadas sobre a formação do psicólogo deixam a desejar quanto a traçar ações concretas. Ela, no entanto, aponta como complicador nas discussões sobre o tema o fato de que o único tipo de intervenção possível junto às universidades é política. "É no Conselho que vão parar os efeitos da má-formação. Acredito que deveríamos estar em parceria com as agências formadoras."

Outra questão preocupante, também tratada pelo Congresso, foi a prática, amplamente adotada por empresas, de contratar estagiários como forma de redução de despesas. Sobre a questão, decidiu-se pela necessidade de implementar as relações entre Conselhos e Sindicatos de outras áreas profissionais para se ampliar as discussões e procurar ações conjuntas.

No que diz respeito à proliferação indiscriminada de cursos de psicologia, o plenário reiterou a posição assumida no I Congresso Nacional: lutar para que

haja maior controle sobre os cursos existentes e intensificar a luta contra a abertura, sem critérios, de novos cursos.

O plenário decidiu que os Conselhos de Psicologia deverão desenvolver ações no sentido de pressionar o MEC a criar instância responsável pela avaliação dos cursos, incluindo em sua composição representantes dos Conselhos, Sindicatos, Fenapsi, Conselhos de Educação e Saúde, Agências Formadoras e entidades representativas dos estudantes de psicologia.

Quanto à avaliação, os Conselhos deverão defender que sirva como referência para autorização de continuidade ou descredenciamento da instituição formadora. Deverá também ter a função de propor critérios de análise das solicitações de abertura de novos cursos. "Considero que as propostas aprovadas são realistas e viáveis, já que atribuem ao MEC, que é a instância responsável pelas políticas de educação, o papel de criar esse fórum", explicou um dos participantes do grupo de sistematização, Salvador Penteado, psicólogo do Rio Grande do Sul.

Legislação

Como já era de se esperar pelas discussões que antecederam a realização do Congresso, os delegados decidiram não apresentar proposta de alteração da Lei 4.119/62 à Câmara dos Deputados em Brasília. As discussões sobre a lei deverão continuar em todo o Brasil, para que se possa fazer apenas as atualizações necessárias em seus artigos sob a forma de resoluções. Para isso será promovido pelo Conselho Federal uma articulação política com a comissão de especialistas de psicologia do MEC.

Já no que diz respeito à Lei 5.766, o plenário apreciou um anteprojeto elaborado pelo grupo de sistematização. O assunto, no entanto, deverá ser novamente discutido no próximo Congresso Nacional. Segundo Mário Bruno Hingst Manzolillo, que participou do grupo, "o anteprojeto aprovado permite construir uma autarquia mais voltada para a promoção da qualidade de vida da população do que para a fiscalização do exercício profissional.

Um dos principais pontos alterados na Lei 5.766 foi a forma como será organizado o Fórum de Entidades. De acordo com o texto aprovado, o Fórum continuará composto por todas as instâncias de organização da psicologia, mas como um órgão independente do Conselho Federal. O que o plenário considerou, nas discussões sobre o Fórum, foi que a forma como estava funcionando, ligado ao Conselho Federal, acabou por permitir ingerências na autarquia.



Durante o Congresso, delegados reuniram-se para discutir sucessão no Conselho Federal de Psicologia e apresentar as chapas que concorrem ao pleito de 28 novembro. Ao lado, reunião da CHAPA 1 - Consolidação Nacional. Acima, reunião da CHAPA 2 - Um Conselho para Cuidar da Profissão.



Chapa 1**CONSULTA ELEITORAL**

Consolidação Nacional da Psicologia

Os Conselhos de Psicologia constituem, legítima e legalmente, a instância maior de organização da psicologia no país. Eles estão deixando de ser exclusivamente um órgão burocrático do Estado para assumir, como instituição da sociedade, as funções de orientar, fiscalizar e normatizar o exercício da psicologia no Brasil.

Esse movimento ocorreu porque os psicólogos superaram a antiga estrutura colegiada do Conselho Federal, composta por dois delegados de cada CRP, que inviabilizava a formulação de um programa para a psicologia. Estão construindo, em seu lugar, uma instituição com chapa e programa nacional, eleitos pelo voto direto. É preciso esclarecer que isso só foi possível pela posição firme e decidida que a gestão **Psicologia e Cidadania** do CRP-06 ado-

tou em 1993, corrigindo os rumos assumidos no Congresso Unificado de 1989 (Conup), o que possibilitou recuperar a organização dos conselhos. Tal posição foi decisiva para a realização do I e do II Congressos Nacionais da Psicologia.

Esse processo de ruptura com a estrutura que impedia o desenvolvimento de um programa nacional exige a expansão institucional e o aprimoramento da prestação dos serviços de psicologia. Apesar dos obstáculos e dificuldades que essa transição - iniciada com a posse da Gestão **Consolidação Nacional**, em dezembro de 1995 - tem enfrentado, ela precisa ser

A função dos Conselhos não é vigiar e punir. Eles devem ser uma referência para os psicólogos e para a sociedade.

consolidada.

Os psicólogos da chapa **Consolidação Nacional** acreditam que tais mudanças só poderão concretizar-se pela contraposição à grave crise política, econômica, institucional e moral vivida pelos brasileiros. Crise essa que se expressa em planos econômicos que geram a estagnação, aumentam o desemprego, fazem crescer a miséria e acentuam ainda mais as graves desigualdades sociais, levando a maioria dos brasileiros à frustração pessoal, à insegurança profissional e à falta de perspectiva. Sucessivos governos sucateiam os serviços públicos de saúde, educação, transporte e habitação. Escravidão do trabalho infantil, promove-se a violência

no campo. Não se dá crédito ao Estado, aos governos, aos partidos, às entidades profissionais e sindicais.

Em que pese toda essa condição adversa, os psicólogos têm a possibilidade de criar estruturas capazes de dignificar a profissão, contribuindo para a construção de uma sociedade democrática. Para isso não é necessário desvincular os problemas específicos da psicologia daqueles que afligem a maioria dos brasileiros.

Consolidação Nacional expressa a vontade de transformar coletivamente os Conselhos de Psicologia tornando-os mais próximos dos problemas enfrentados pelos psicólogos, pela psicologia e pela sociedade brasileira. Nesse sentido, reafirmamos o nosso empenho em aprofundar as mudanças exigidas pelos psicólogos e por nós iniciadas em 1995.

Apresentamo-nos com os seguintes compromissos:

EM DEFESA DA PSICOLOGIA

• Sistematizar informações (com os dados do Recadastramento Nacional dos Psicólogos) sobre a diversidade do campo de atuação profissional, para exigir as condições básicas do exercício e a melhoria da qualidade dos serviços de psicologia;

• Estimular os CRPs a criar Centro de Orientação e Informação aos psicólogos, usuários e instituições;

• Ampliar a participação institucional da psicologia, reivindicando maior representação do CFP em entidades nacionais que definem as políticas públicas (saúde, educação, infância e adolescência, defesa da cidadania e do consumidor);

• Promover um processo contínuo de discussão sobre a avaliação psicológica;

• Reorientar a posição dos Conselhos em relação às práticas alternativas de acordo com

as deliberações do II Congresso Nacional da Psicologia;

• Exigir o estabelecimento de critérios consistentes para a abertura de novos cursos e avaliação efetiva daqueles em funcionamento.

EM DEFESA DA PROFISSÃO

• Emitir resoluções que garantam o pleno exercício da psicologia, explorando os limites máximos da lei que regulamenta a profissão (Lei 4.119/62);

• Apoiar a regulamentação do salário mínimo profissional e da jornada de 30 horas semanais;

• Exigir, junto ao INSS e demais instituições, o cumprimento da Resolução CFP 007/94, que institui o atestado psicológico para licença-saúde;

• Intervir com projetos que evidenciem a necessidade da ação efetiva e qualificada do

psicólogo na superação dos graves problemas sociais brasileiros;

• Desenvolver ações contra a desregulamentação das profissões no país;

• Apresentar propostas de preservação e aprimoramento da qualidade dos serviços de psicologia no Mercosul e na América Latina em conjunto com entidades sindicais e de formação profissional.

EM DEFESA DAS ENTIDADES

• Articular, com as demais entidades, estratégias de aprovação ou rejeição a projetos que se refiram à Psicologia e ao Psicólogo, que tramitam no Congresso Nacional;

• Fortalecer as entidades da Psicologia e dos Psicólogos (Conselho Federal, Conselhos Regionais, Fenapsi e Sindicatos) desenvolvendo ações conjuntas, respeitadas suas especificidades;

• Promover interlocução com a Universidade, quanto aos aspectos tecnocientíficos e ao compromisso social da Psicologia, para qualificar a formação do Psicólogo;

• Fortalecer os CRPs existentes, criar

Conselhos Regionais de base estadual e Seções Estaduais, mediante um plano prévio submetido às instâncias da autarquia;

• Consolidar um CFP atuante em âmbito nacional, que respeite as dinâmicas regionais e a autonomia dos CRPs;

• Consolidar o processo de decisão interna dos Conselhos, através da realização do III Congresso Nacional da Psicologia, em 1998.

EM DEFESA DA SOCIEDADE

• Lutar pela implantação efetiva do SUS;

• Apoiar os movimentos que visam à superação da cultura manicomial (projeto de lei nº 008/91, que propõe a extinção progressiva dos manicômios, e Movimento da Luta Antimanicomial);

• Apoiar a aprovação do projeto de lei nº 1.258/88, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);

• Apoiar movimentos contra a violência, a favor da infância e adolescência, da cidadania e da democratização da sociedade brasileira;

• Apoiar a luta pela Reforma Agrária e o fim da violência no campo.

QUEM CONSOLIDA

EFETIVOS

PRESIDENTE - Odair Sass (SP) CRP: 06/3291 RUNESP; Prof. PUC/SP; Ex-presidente CRP-06 (93/95); Cons. CFP (95/96)

VICE-PRESIDENTE - Nara Silveira Berlim (RJ) CRP: 05/3698 - Psic. da Fund. Leão XIII; Ex-Secretária do CRP-05 (95/96)

SECRETÁRIO - Rose Teresinha R. Mayer (RS) CRP: 07/5498 - Psic. Clínica; Saúde do Trab.; Membro SINPERG; Cons. CFP (95/96)

TESOUREIRO - Rosano F. Carvalho (PE) CRP: 02/6818 - Psic. Clínico, Saúde Mental e Hospitalar, Cons. CFP (95/96)

REGIONAL NORTE - Lilia C.J. Godinho (PA) CRP: 10/1425 - Psic. Detran, ex-Secretária CRP-10

REGIONAL NORDESTE - Ana Maria G.S. Córdula (PB) CRP: 13/1849 - Psic. Clín.; Ex-Sec. de Estado da Educ. PB; Coord. Pediat. Instituto João XXIII

REGIONAL CENTRO-OESTE - Maurílio F. S. Filho (GO) CRP: 09/162 - Psic. RH da EMCIDEC; Ex-presidente CRP-09.

REGIONAL SUDESTE - José Roberto Tozoni Reis (SP) CRP: 06/103 - Prof. UNESP; Ex-Tesour. CFP (86/89); Ex-tesour. CRP-06 (93/95)

REGIONAL SUL - Guilherme Azevedo do Valle (PR) CRP: 08/2932 - Psic. Clín.; Hosp. Psiq.; Ex-Cons. CFP (90/92); Cons. CFP (95/96)

SUPLENTES

REGIONAL NORTE

Hilma K. Carvalho (PA) - CRP: 10/0038 - Prof. UFPA; Ex-Pres. CRP-10

Francisco A. L. Carvalho (RR) - CRP 01/1769 - Psic. Esc./Org.; Rep. CRP-01

REGIONAL NORDESTE

Ednaldo P. Silva (PE) - CRP 02/6094 - Psic. Clín.; Mov. Psic. Saúde de PE

João Vicente M. Oliveira (CE) - CRP 11/514 - Psic. Clín.; Cons. CRP-11

REGIONAL CENTRO-OESTE

Raimunda M. Gomes (GO) - CRP 09/0297 - Psic. Educ.; Prof. FF Cora Coralina; Cons. CFP (95/96)

Maria de Fátima N. Bezerra (DF) - CRP 01/3219 - Psic. Clín./Educ.; Rede Oficial Ens. GDF; Conselheira do CRP-01

REGIONAL SUDESTE

Adenise H. da Silveira (MG) - CRP 04/9954 - Psic. Hosp. Saúde Mental

Rubem R. Silva (RJ) - CRP 05/20086 - Psic. Clín.; CAAA; Serv. Soc. UERJ

REGIONAL SUL

Claire Lazzaretti (PR) - CRP 08/2440 - Chefe do Serv. de Psic. do HC de Curitiba; Ex-Cons. do CRP-08 e Cons. CFP (95/96)

• **Álvaro Trujillo** - psic. clinic. / pres. do CFP

• **Silvia Leser de Mello** - prof. do IPUSP

• **Valdemar A. Angerami (Camom)** - coord. Dep. Psic. Hosp. Inst. Sedes Sapientiae/ presid. do Centro de Psicoterapia Existencial

• **Iray Carone** - prof. do IPUSP

• **Iraci C. Boccato Alves** - prof. do IPUSP

• **José Leon Crochik** - prof. do IPUSP

• **Maria Silvia Bolguese** - psicanalista / ex-pres. CRP-06

• **Cristina Amélia Luzio** - prof. da UNESP-Assis / ex-pres. do CRP-06 / cons. do CRP-06

• **Marcos Chaer** - ex-pres. do Sind. dos Psicólogos SP

• **Dayse Bernardi** - pres. Ass. Psic. e As. Sociais SP / cons. CRP-06

• **Oswaldo Di Loreto** - psiq. / ex-coord. da Clínica Infância

• **Paulo Fernando Barnabé** - psiq. / sup. saúde mental

• **Maria Tereza C. Gomes da Silva** - prof. UMC/UNICSUL

• **Leny Sato** - prof. IPUSP / psic. saúde mental do trab.

• **Celso Zonta** - prof. UNESP-Bauru

• **Lazslo Antônio Avila** - psicanalista / prof. Fac. Med. de S. J. Rio Preto

• **Celso Manço** - prof. UNISANTOS

• **Glória E. Von Buettner** - prof. PUCCAMP

• **Walter de Paula P. Filho** - RH Banespa

• **Luiz Carlos Rocha** - prof. UNESP - Assis

• **José Sterza Justo** - prof. UNESP - Assis

• **Celi Denise Cavallari** - psic. clín. / ex-cons. CRP-06

• **Luiz Humberto Sivieri** - as. CUT / prof. PUC SP / UMC / ex-dir. Fenapsi

• **Maria do Carmo Guedes** - prof. PUC-SP

• **Wanderley Codo** - Pesquisador em saúde mental no trabalho / prof. UnB

• **Liomar Quinto de Andrade** - psic. clínico / prof. universitário

“É com alegria e entusiasmo que acabo de tomar conhecimento do lançamento da chapa Consolidação Nacional. Pelo seu programa, pelos seus integrantes e, principalmente, pelo trabalho que eles têm desenvolvido em favor da psicologia, os recomendo vivamente. Os psicólogos estão de parabéns por poderem optar entre duas propostas cujos ideários representam expressivo avanço para a psicologia.”

Madre Cristina

Chapa 2

CONSULTA ELEITORAL

Um conselho para cuidar da profissão

A chapa está constituída por 18 colegas, representantes da categoria que atuam em diversas áreas da Psicologia e militam há muitos anos em entidades e movimentos dos psicólogos e da sociedade civil.

POR QUE ESTAMOS NOS CANDIDATANDO?

Estamos nos candidatando para construir um Conselho para cuidar da profissão. E aqui alguns aspectos merecem destaque:

1º Entendemos que é preciso dar sentido à atuação do Conselho Federal de Psicologia. É preciso exigir dele o cumprimento de sua função: cuidar da profissão. E só há uma maneira de realmente se cuidar da profissão, que é trabalhando para qualificar sua inserção na sociedade. A qualidade do trabalho prestado por nossa categoria é nossa preocupação central.

2º Pode-se perguntar se, com essa prioridade, não estaríamos subestimando as necessidades de democratização e agilização da autarquia. E nossa resposta é não. Reivindicamos para nosso grupo a responsabilidade de ter trazido as práticas coletivas e democráticas, como os Congressos, para dentro da autarquia; em 1989, realizamos, com as dificuldades daquele momento, o Congresso Unificador, que reuniu, pela primeira vez na história de nossa categoria, delegados de base, representantes de sindicatos e conselhos, eleitos em suas regiões a partir de um processo de debate e construção e defesa de teses.

Não temos dúvida de que esse processo de democratização já foi iniciado. Os dois Congressos Nacionais, as discussões e propostas para a Lei 5.766, as propostas de eleição direta com plataforma para a direção do CFP, a proposta de um Conselho não federativo, da construção de um fórum de entidades são alguns exemplos do avanço já obtido. Agora é hora de priorizar a construção de um projeto para qualificar a inserção de nossa profissão na sociedade. É preciso cuidar dela.

COMO PRETENDEMOS FAZER ISSO?

Construindo espaços de reflexão sobre as questões da profissão, como a proposta da criação de uma Associação Brasileira de Ensino da Psicologia, reunindo várias instituições e colegas que vêm acumulando muitos elementos e experiências capazes de melhorar nossa formação.

Criando referências para a categoria, através de uma entidade forte e corajosa, que se manifesta na sociedade civil.

Ousando criar, coletivamente, demarcações relativas ao exercício profissional, produzindo concretamente a identidade da profissão.

Interferindo nas políticas públicas, buscando articular os interesses de uma política da profissão com a luta pela melhoria das condições de vida do povo brasileiro.

Rompendo o isolamento com os Conselhos Regionais, com as outras categorias, com as outras entidades (em especial os sindicatos e Fenapsi), construindo relações de parceria para um trabalho conjunto guiado por objetivos comuns, respeitadas as especificidades de cada um.

Rompendo o isolamento internacional da Psicologia brasileira, integrando-a no contexto do desenvolvimento técnico-científico mundial e estreitando laços, em particular com a América Latina.

Viabilizar para os psicólogos o acesso à informação e a programas de educação continuada.

Participar ativamente dos fóruns políticos da sociedade civil que partilhem dos interesses políticos e profissionais dos psicólogos e suas entidades.

Reflexão, referência, demarcações, coletivamente, políticas públicas, romper isolamento, informação e educação continuada e fóruns políticos são termos que resumem e constroem nossa proposta para UM CONSELHO PARA CUIDAR DA PROFISSÃO.

Chapa 2: Quem somos nós

Ana M. Bahia Bock: diretora e prof. da Fac. Psicologia da PUCSP, secretária e presidente do Sind. Psicólogos SP, 80/83; 83/86; presidente da FENAPSI 1ª gestão. Autora do livro "Psicologias: Uma Introdução ao Estudo da Psicologia".

Francisco J. M. Viana: especialista saúde pública/FIOCRUZ/RJ e adm. hospitalar/FGV/SP; diretor-presidente do Sind. Psicólogos de MG 1ª gestão; diretor reg. sudeste da FENAPSI 1ª gestão; diretor 4 anos do CPP/FHEMIG-Hospital Psiquiátrico para Infância e Adolescência

Marcus Vinicius de O. Silva: especialista Saúde Mental/FIOCRUZ/RJ, prof. assistente Dep. de Psicologia da FFCH/UFBA; conselheiro CRP-4ª região 87/88; no CFP secretário/89; vice-presidente/93; presidente/95; Movimento Antimanicomial, Coord. do Núcleo de Estudos pela Superação dos Manicômios/BA, Assessor do Hosp. Juliano Moreira.

José C. Tourinho e Silva: mestre Psicologia pela UFPB, prof. assistente e ex-chefe do dep. Psicologia da UFSE, conselheiro e tesoureiro do CFP/95, assessor na área de Psicologia Org. - Prefeitura de Aracaju

Jorge M. Costa: prof. na Psicologia da UFPA; presidente Com. de Comunicação Social do CRP-10 e vice-presidente 94/96; representante do CRP-10 no C. Est. de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente/PA.

Laeuza L. da S. Farias: coord. no CAPS "Casa Verde" Maceió; coord. executiva do Núcleo Est. de Saúde Mental de AL.; prof. de educação em Saúde Pública-UNAERP

Deusdet do C. Martins: especialista em saúde pública/FIOCRUZ e em Psicologia Hospitalar, psicóloga do Ministério da Saúde, ex-vice-presidente da Reg. Centro-Oeste da Fed. Nac. dos Trab. Saúde e Previdência; conselheira-secretária da 1ª gestão do CRP-09.

Ernesto J. dos Santos: membro do Sind. dos Psicólogos/RJ, psicanalista.

Álvaro L. Aguiar: psicólogo da Vara da Infância e Juventude do Fórum de Blumenau; prof. de Sociologia da Univ. Re-

gional de Blumenau; filósofo e historiador, psicólogo clínico.

Marcos R. Ferreira: prof. de Psicologia da UFSC, vice-diretor (89/90) e diretor (90/91) do CFCL da UFSC; diretor da Assoc. Prof. dos Psicólogos e presidente do Sind. de Florianópolis; membro do Comitê Reg. pela Democratização da Comunicação; membro do Comitê Urbano pela Reforma Agrária de Florianópolis.

Marta Elizabeth de Souza: conselheira-presidente do CRP-04/92; coord. de Saúde Mental da Prefeitura de Betim/MG; ex-presidente do Fórum Mineiro de Saúde Mental; ex-vice-presidente do Sind. dos Psicólogos de MG.

Odair Furtado: prof. chefe do departamento Psic. Social da Faculdade de Psicologia da PUCSP; coord. da rede UNITRABALHO/PUCSP; suplente do Conselho Fiscal do Sind. Psicólogos SP; autor do livro "Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia".

Rosa Mª B. Albanezi: mestre em Psicologia Experimental; profª na UNB; conselheira no CFP em 89 e 93/95; trabalha na Assoc. de Aposentados da UnB, pedagoga.

Candida S. C. Almeida: psicóloga em RH/ TelePará; ex-presidente da Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP-10 94/96; ex-presidente da Comissão Saúde e Trabalho do CFP.

Francisco Eduardo da Costa: psicólogo na Rede Ferroviária Federal; especialista em Psicodrama; presidente do CRP-11, gestão 91/94; presidente da Comissão de Ética e de Fiscalização do CRP-11.

Maria de Lourdes J. Contini: profª da UFMS, profª pesquisadora do Centro de Estudos da Infância e da Adolescência do MS; secretária da diretoria da ADUFMS-Corumbá/ANDES.

Jorge Broide: diretor-presidente do Centro Latino-Americano de Estudos em Saúde Mental, psicoterapeuta

Julieta Arsenio: psicóloga especialista em criminologia; especialista em trânsito.

"Se você estiver comprometido com a prática da Psicologia a serviço da população, vote Chapa 2" Madre Cristina

No início de nossa jornada recebermos o apoio de Madre Cristina nos deixa muito honrados. A Madre Cristina simboliza, para nós psicólogos e para nós paulistas, a luta por uma psicologia comprometida com os interesses da maioria da população. A Madre simboliza a vontade de transformar.

Em 1980, quando começamos em São Paulo o movimento de oposição à direção do Sindicato e do Conselho Regional de Psicologia, fomos abrigados e apoiados pela Madre Cristina. Foi do Sedes Sapientiae que surgiu essa nossa vontade de brigar por uma profissão cidadã.

Agora, 1996, é de novo a Madre Cristina

que vem firmar seu apoio, nos dando a certeza de que estamos corretos na opção de trilhar esse caminho; que estamos certos em acreditar que é preciso fazer alguma coisa para qualificar a inserção da Psicologia, como ciência e profissão, na sociedade. É preciso lutar por essa profissão! E, no momento, o CFP nos parece a alternativa. Nosso compromisso não mudou: foi e será com uma Psicologia a serviço da população. São 16 anos de militância por essa profissão (e são poucos perto de Madre Cristina!) através de vários caminhos: o Sindicato de São Paulo, a Fenapsi, o Movimento pela (Re)Organização dos Psicólogos, a dire-

ção da Faculdade de Psicologia da PUCSP, minhas publicações e meu trabalho de pesquisa. O segredo da força para toda essa luta é simples: estive nesses anos todos muito bem acompanhada. O que penso e defendo hoje é fruto do trabalho conjunto com muitos parceiros. As nossas idéias têm sido sempre construídas coletivamente.

Recebendo o apoio dessas pessoas e apoiados em idéias que representam o coletivo, temos a certeza de que é preciso ir em frente. Por isso estou me candidatando para a presidência do CFP.

Ana Bock

NOS APÓIAM EM SÃO PAULO:

Odette de Godoy Pinheiro
Silvia Lane
Yvonne Khoury
Maria Helena Souza Patto
Marta Suplicy
Márcia B. A. Bragante
Maria da Graça M. Gonçalves
Bronia Liebesny
Wanda Junqueira Neves
Mitsuko A. Antunes
Sergio Ozella
Lumena Furtado
Kimie Yamamoto
Miriam Debieux Rosa
Maria de Lourdes Trassi Teixeira
Luiz Amadeu Bragante
Madre Cristina

EXERCÍCIO PROFISSIONAL



Aprimoramento sofre efeitos de falência do Estado

Apesar da enorme procura pelo Programa, há especulações de que haverá redução de vagas em 1997

Todo ano 41 instituições estaduais realizam um concurso pouco conhecido pela população, mas que tem como um de seus principais objetivos justamente formar profissionais para atuar na rede pública de saúde. É o Programa de Aprimoramento Profissional (PAP), por meio do qual bolsistas de várias profissões da área da saúde passam de um a dois anos trabalhando sob a supervisão de profissionais mais experientes para conhecer de perto as necessidades da rede e se preparar para uma atuação institucional.

Entre os hospitais, centros de saúde e institutos que participam do programa, 16 oferecem vagas para profissionais de psicologia, que formam, hoje, um contingente de 165 bolsistas em todo o Estado. Embora o número de bolsas oferecido não seja grande, a área de psicologia é uma das mais procuradas. Isso, a despeito da ajuda de custo quase simbólica que cada aprimorando recebe, atualmente nada mais que 370 reais por mês. Para se ter uma idéia da procura, apenas na Faculdade de Saúde Pública da USP, que oferece oito bolsas de estudo todo ano, a média de candidatos interessados em prestar o concurso gira em torno de 70 a 80. A informação é de Sônia Volpe Guimarães Brólio, coordenadora do programa na instituição. "E não fazemos divulgação. O centro de saúde é pequeno, fazemos uma seleção com prova longa, dissertativa, e não queremos muitos candidatos, porque não daríamos conta de selecionar", conta a psicóloga.

O programa, portanto, tornou-se suficientemente conhecido, a ponto de, hoje, dispensar publicidade para ter procura. "Decidi prestar concurso para o aprimoramento porque tinha curiosidade de conhecer a realidade de um hospital público e principalmente a de uma instituição psiquiátrica e de custódia", justifica a aprimoranda do segundo ano no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Prof. André Teixeira Lima - Franco da Rocha, Ana Paula Yamakawa, quando indagada dos motivos que a fizeram procurar o PAP. A psicóloga conta, também, que queria desenvolver atividades práticas que, acredita, estimulam o profissional a buscar novos caminhos de formação. Por suas

expectativas, ela escolheu o lugar certo. O programa de aprimoramento profissional, ao contrário de outros cursos de especialização, privilegia justamente as atividades práticas, que representam 80% da carga de 40 horas semanais que os aprimorandos devem cumprir. Por esse motivo, é considerado pelos profissionais do setor como uma alternativa viável para suprir as carências da formação universitária quanto à saúde pública. "O PAP permite boas oportunidades de o profissional recém-formado passar por uma prática supervisionada e conhecer de perto a demanda de saúde pública", comenta Sidnei Corocine, responsável pela implantação do Programa no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (Franco da Rocha).

Outra novidade do PAP são as disciplinas teóricas bastante diferenciadas das que constam dos currículos dos cursos universitários regulares. Em todas as instituições a parte teórica do aprimoramento deve representar 20% do tempo total do curso, mas cada uma deve desenvolver um programa de acordo com sua realidade. Na Faculdade de Medicina de Marília, por exemplo, os aprimorandos estudam, entre outras disciplinas, epidemiologia, políticas de saúde, equipes multiprofissionais, psicoterapias de grupo e individual. "O profissional passa a ter uma visão abrangente não só da demanda da clientela, que adquire na parte prática, mas também dos princípios fundamentais para uma política eficiente de saúde, com a parte teórica", avalia Cássia Regina Rodrigues, ex-coordenadora do aprimoramento na Faculdade e atual supervisora no programa.

Se para os alunos o curso pode oferecer tais vantagens, também os supervisores consideram-se beneficiados com a relação com os aprimorandos. Na opinião de Cláudia Medeiros, supervisora do programa no Hospital Maternidade do Estado, "o contato com os aprimorandos não nos deixa ficar acomodados. Para dar

uma boa supervisão precisamos nos aperfeiçoar e isso é muito bom".

Contratempos

Com tamanha procura e tantos elogios, seria de se supor que o PAP é um sucesso absoluto e que os serviços de saúde pública do Estado de São Paulo vão de vento em popa. Mas a realidade não é bem essa. O programa passa por contratempos de difícil solução. O primeiro e mais visível deles é que está cada vez mais difícil para um ex-aprimorando conseguir continuar trabalhando na instituição em que fez o aprimoramento ou em qualquer outra da rede pública estadual, já que os concursos para preenchimento de vagas têm sido cada vez mais raros. À exceção do Hospital das Clínicas, cujas informações oficiais são de que já houve 34 concursos para preenchimento de vagas, em outras instituições o mesmo não vem acontecendo. Segundo Cássia, desde 1985, ano em que o PAP foi implantado na Faculdade de Marília, houve o reaproveitamento de apenas cinco ex-aprimorandos através de concursos públicos. Da mesma forma, segundo Sidnei Corocine, desde que o PAP começou no Franco da Rocha nunca houve a realização de concurso para contratação de pessoal para o hospital.

Além deste problema, outra preocupação dos responsáveis pelo aprimoramento em várias instituições é com a atual política do governo para o setor da saúde. Como o Estado vem se retirando gradativamente de várias áreas sociais, muitos vêem nessa política um grave risco para a continuidade do programa. "O Estado não absorve a mão-de-obra que forma. Além disso, há uma desvalorização do profissional de saúde e, conseqüentemente, os aprimorandos e os recém-formados não têm aspiração nem desejo de estar envolvidos com esse trabalho que, além de mal remunerado, é sujeito a todas as intempéries políticas. São coisas que deixam as pessoas muito descrentes. E o aprimoramento acaba sofrendo as conseqüências. Eu

não sei se vamos continuar tendo a mesma procura" pondera Sônia Brólio.

Já para o médico Luiz Alberto Bacheschi, presidente da Comissão Especial de Bolsas e da Subcomissão de Aprimoramento Profissional, ambas da Fundap (instituição que gerencia o programa), o risco de que o Estado se afaste definitivamente de áreas fundamentais, como a saúde, é relativo. "Não há possibilidade de estender uma medicina de cunho privado para toda a população e, portanto, penso que, nos países mais pobres como o nosso, a maior parte da população vai depender de um sistema socializado. Acredito que a socialização final vai ser municipal. Ela tem que passar pela municipalização. Isso é um processo lento, progressivo, que vai começar nos municípios mais ricos, mas nós não vamos fugir disso", avalia.

Mesmo que o tempo confirme os prognósticos de Bacheschi, no entanto, a realidade de hoje é que o Estado tem procurado se afastar de alguns setores sociais, como a educação e a saúde. No setor da saúde, por exemplo, já foram anunciadas reduções de leitos nos hospitais e serviços. E as conseqüências dessa política já começaram a se fazer sentir. Em várias instituições correm especulações de que deverá haver redução no número de bolsas para 1997, devido à política estadual de redução de leitos nos hospitais e serviços. Segundo informações de Mari Shirabayashi, uma das responsáveis técnicas da Fundap pelo PAP, ainda não há previsão oficial do número de bolsas que serão oferecidas no ano que vem. "Essa definição é feita no final do ano", afirma. De qualquer forma, tais especulações não são destituídas de sentido. Já houve uma redução nas bolsas oferecidas em 1996 e, no ano passado, falava-se num planejamento de corte progressivo, com redução de 10% das bolsas todo ano, até 1998.

Outra questão que os profissionais apontam é que o esgotamento do mercado

EXERCÍCIO PROFISSIONAL

de trabalho para psicólogos também vem influenciando no PAP. De acordo com essas opiniões, se antes o programa era procurado apenas por aqueles interessados em se especializar no setor público, hoje transformou-se numa forma de o profissional se inserir no mercado. A idéia não parece estranha aos próprios alunos do PAP. Na opinião de Heloísa Maria Périgo, aprimoranda do primeiro ano na Faculdade de Saúde Pública da USP, "o aprimoramento perdeu o objetivo inicial das pessoas se especializarem e acabou tornando-se uma única via para o profissional conseguir seu primeiro emprego, apesar do salário baixíssimo".

Na verdade, a questão que Heloísa levanta vem sendo discutida desde que o aprimoramento surgiu em 1979. O ponto central da discussão, no entanto, não é exatamente o risco de o aprimoramento descaracterizar-se, reduzindo-se a cumprir a função de primeiro emprego num mercado saturado como o nosso, mas sim o de que se torne uma possibilidade de as instituições terem disponíveis uma grande quantidade de mão-de-obra barata, já que o aprimorando ainda não tem o status de profissional, mas já deixou o estatuto de estagiário. Segundo Bacheschi, uma forma encontrada pela Fundap para evitar esse risco foi o sistema de avaliação de programas, que é realizado periodicamente. "Temos uma comissão de avaliação dos programas, com o

compromisso legal de acompanhar e cassar os que fogem dos objetivos educacionais. Realizamos periodicamente uma auditoria, o que obriga a um compromisso institucional de se preocupar com a qualidade. Então, por exemplo, o indivíduo só pode fazer uma vez o programa de aprimoramento profissional. Ele não pode se tornar um aprimorando profissional, no sentido crônico. As vagas são limitadas, com tempo limitado. E esse controle é feito através do sistema de computadores. A preocupação fundamental é que ele não se torne uma fonte de mão-de-obra para a instituição. Se isso ocorreu mais no início, agora é uma exceção, com certeza. Também tentamos evitar que o aprimoramento se torne só um apelo porque o indivíduo não sabe o que fazer. Eles concorrem e só os preparados é que vão entrar no programa, porque é uma questão de limitação de bolsas", explica o médico. Também para Odete de Godoy Pinheiro, professora da PUC que já participou da avaliação dos programas como convidada da Fundap, o sistema de avaliação é eficiente. "Gostei dos critérios de avaliação. Levam em consideração as atividades pedidas para o aluno, tentando evitar assim o uso de mão-de-obra e ao mesmo tempo incluindo coisas relacionadas com uma formação mais teórica. Participei da avaliação há dois anos e lembro-me de que, quando o programa não atendia a esses requisitos, devolví-

mos a proposta para que pudessem refazê-la, incluindo uma visão de sistema de saúde pública."

Ainda assim, há quem pense que o sistema de avaliação montado é insuficiente. Para Cássia, por exemplo, deveria haver um sistema de avaliação continuada e não um sistema periódico, como o que é mantido pela Fundap. A instituição faz uma reavaliação dos programas a cada cinco anos. Já para Cláudia Medeiros, os riscos implícitos na relação instituição/aprimorando vai além do sistema de avaliação que se vá montar. "É preciso tomarmos um cuidado constante na relação com os aprimorandos, porque a própria estrutura do hospital é verticalizada e corremos o risco de reproduzir isso criando uma relação autoritária, como se fosse uma relação de quem sabe com quem não sabe. E não é isso o que se deseja", diz a psicóloga.

Cláudia aponta ainda como um problema a ser resolvido o fato de que os supervisores dos aprimorandos não têm nenhum tipo de reconhecimento oficial desta atividade. Esta, no entanto, pode não ser uma situação definitiva. No início deste ano os 1.077 bolsistas de todas as áreas do PAP receberam uma notícia que era esperada desde a implantação do programa: a publicação da Resolução SS-7 da Secretaria Estadual da Saúde, que "dis-

põe sobre o reconhecimento do Programa de Aprimoramento Profissional - PAP, nos concursos públicos realizados no âmbito do SUS/SP". Até então, muitos aprimorandos foram preteridos em provas de títulos em concursos públicos porque o próprio Estado não reconhecia o aprimoramento como uma especialização. Segundo informações de Mari Shirabayashi, "às vezes o profissional ia fazer um concurso para um dos Escritórios Regionais da Secretaria da Saúde, por exemplo, mas perdia na prova de títulos para um aluno que tinha especialização numa universidade particular, porque não se reconhecia o aprimoramento". "Foi uma luta tremenda para chegarmos até aqui", reconhece Bacheschi.

O desabafo do médico confirma a tradição brasileira segundo a qual as medidas que dependem de vontade política são sempre as mais difíceis de se alcançar. Por isso, resta aos profissionais que atuam no Programa de Aprimoramento Profissional pressionar as autoridades para que o reconhecimento expresso na resolução recentemente editada seja estendido para outras situações além dos momentos pontuais de realização de concursos. Em outras palavras, para que o aprimoramento seja incorporado como referencial no momento de formulação das políticas públicas para o setor da saúde.

CARTA ABERTA

Aos partidos políticos e à população em geral

Hoje o cenário das práticas sanitárias públicas demonstra complexidade de ação e interação entre atores sociais (usuários/familiares, movimentos sociais, ONGs, governos, empresários, trabalhadores de saúde etc.), tornando a reforma psiquiátrica uma produção permanente e constitutiva da democracia.

No entanto, as mudanças macroeconômicas que vimos assistindo, relacionadas à reestruturação produtiva do capitalismo com base nos pressupostos da economia de mercado, do Estado mínimo e da globalização produzem consequências danosas à sociedade brasileira, como a recessão, o desemprego e o aumento na concentração de renda e implicam riscos às políticas públicas, em especial da saúde e educação. "Novos" modelos de gestão do setor saúde, como, por exemplo, o PAS, de características privatizantes, ameaçam as práticas incipientes do SUS, num contexto já dividido entre o sistema público e o sistema de mercado na área da Saúde.

É nessa conjuntura que se processa mais uma eleição municipal que tem em São Paulo - Capital o termômetro dos desdobramentos políticos futuros em todo o Brasil.

Nesse sentido, o Instituto Sedes Sapientiae, em parceria com a ONG Associação SOS Saúde Mental, o Con-

selho Regional de Psicologia - 6ª Região, o Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo e com o apoio do Sindicato dos Bancários promoveram o Seminário "Políticas Públicas em Saúde Mental", conscientes de seu papel de colocar em pauta as questões nacionais relevantes, como a Política de Saúde Mental. Puderam ilustrar essa discussão o relato de experiências bem-sucedidas de iniciativas estaduais e municipais, bem como de organizações de usuários.

Além desses relatos, contamos com a participação do candidato Valério Arcary (PSTU), do deputado estadual Roberto Gouveia, representando a candidata Luiza Erundina (PT), e do assessor parlamentar Sérgio Grecco, representando o candidato José Serra (PSDB), que apresentaram suas posições a respeito do tema.

Foi devidamente constatada e avaliada a ausência dos demais candidatos majoritários, principalmente os defensores de novos sistemas gerenciais que privatizam a saúde.

Para dirigir os trabalhos da mesa esteve presente o coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde, dr. Domingos Sávio Alves do Nascimento, que teve a oportunidade de apresentar dados da implantação dos serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico, instalados em praticamente todo o território nacional na esteira da consolidação do SUS.

As atividades desenvolvidas durante



Márcia Zoel

Apresentação do Coral Cênico de Saúde Mental de São Paulo durante o Seminário de Saúde Pública

o seminário serviram para reafirmar a posição de todos (representantes de entidades, usuários, familiares e trabalhadores da área da saúde mental) em defesa da ampliação da rede assistencial substitutiva ao hospital psiquiátrico.

Em todo o país, este trabalho somente tem sido possível graças à implantação do SUS, via municipalização da saúde, destacando-se aqui o papel fundamental e organizado da sociedade civil.

A responsabilidade pública pelo cuidado com a saúde de todos é uma conquista social, um avanço da civilização, baseada em princípios universais de solidariedade social, constituindo-se em um patrimônio contemplado em nossa Constituição e que se expressa na consolida-

ção do SUS, do Código de Saúde do Estado de São Paulo e em várias Leis Orgânicas Municipais.

O seminário teve como consenso e resultado os seguintes pontos de reivindicação:

- 1 - Exigir saúde pública, gratuita e com qualidade para todos (SUS);
- 2 - Lutar pela aprovação da Lei Paulo Delgado;
- 3 - Exigir respeito à Constituição com a consequente desativação do PAS;
- 4 - Continuar a luta por uma sociedade sem manicômios.

Comissão Organizadora do Seminário "Políticas Públicas em Saúde Mental"

VISITA

Argentinas pedem punição para assassinos de trabalhadores sem-terra

Fm visita ao Brasil no último mês de agosto, Hebe de Bonafini, líder das Mães da Praça de Maio, acompanhou mulheres e familiares de trabalhadores assassinados nos massacres de Eldorado dos Carajás e Corumbiara (PA) em visita ao Ministério da Justiça. Na ocasião, Hebe entregou ao ministro Nelson Jobim manifesto reivindicando a punição dos responsáveis pelos massacres.

A líder da organização argentina, formada por mulheres que tiveram seus filhos desaparecidos na época da ditadura naquele país, veio ao Brasil acompanha-

da da secretária do Movimento das Mães da Praça de Maio, Marta Badillo, e do advogado do movimento Sérgio Schoklender. Os três delegados argentinos estiveram também na sede da representação da ONU no país, onde foram recebidos pelo ministro interino de Política Fundiária, Marcos Lins, pelo presidente da Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães, e pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Romildo Bueno de Souza. Às três autoridades, entregaram documento semelhante ao que foi entregue no Ministério da Justiça.

A delegação argentina participou ainda de atividades no município de São Paulo e nas regiões de Santos e Pontal do Paranapanema. As Mães da Praça de Maio completam vinte anos de resistência e luta em 30 de abril do próximo ano, data em que deverão ocorrer grandes manifestações na Argentina. Contrariando previsões de cientistas políticos, as Mães da Praça de Maio constituem hoje uma referência de compromisso ético contra a violência e a corrupção inerentes à opção dos governos pelo neoliberalismo para os países da América Latina.

AGENDA

Violência doméstica - Terminam no dia 25 de outubro as inscrições para o "III Curso de atualização na área da violência doméstica contra crianças e adolescentes", que acontece de 4 a 8 de novembro nas dependências da USP. O curso é oferecido pelo Laci, que também está programando o "IV Telecurso de especialização em violência doméstica contra crianças e adolescentes", com início em fevereiro do ano que vem e inscrições até o dia 15 de novembro deste ano. Os interessados podem obter maiores informações pelo telefone (011) 531-3711.

Encontro - A Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo promove, nos dias 29 e 30 de novembro o **Encontro Serviço Social Judiciário, Psicologia Judiciária e Cidadania**. Serão discutidos os seguintes temas: "Prática profissional do psicólogo e do assistente social do Tribunal de Justiça" e "Direitos fundamentais do cidadão". Com os resultados das discussões serão formulados princípios norteadores dos projetos profissionais. Maiores informações: Tel/fax (011) 606-1041 - 607-0902 ou 574-7133.

Concurso - O programa de pós-graduação em psicologia da Universidade São Marcos fará concurso para contratação de um professor em período integral. Os candidatos deverão ser psicólogos portadores do título de doutor, além de ter possuírem experiência em docência e pesquisa na área de psicologia clínica. O processo seletivo será realizado na primeira quinzena de dezembro. Maiores informações pelo tel. (011) 274-5711 ou pelo fax (011) 63-7345.

Recursos Humanos - O VII Encontro Sul-Americano de Recursos Humanos e X Encontro Nacional de Administradores e Psicólogos acontece entre os dias 16 e 19 de outubro deste ano em Gramado, no Rio Grande do Sul. O tema central do evento será "Construir a excelência e prosperidade preservando os valores essenciais do ser". Maiores informações pelo telefone: (051) 332-9293 ou pelo fax (051) 332-8404.

Cardiologia - O Incor realiza dias 18 e 19 de outubro, no anfiteatro do Instituto do Coração, o módulo "Psicologia Aplicada à Cardiologia", parte de jornada científica promovida pelo mesmo instituto. As inscrições podem ser realizadas pelo telefone: (011) 3068-5290. O anfiteatro localiza-se à Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 44, Cerqueira César - São Paulo.

Diabetes - A Associação de Diabetes Juvenil promove, de 19 a 20 de outubro, no Hotel San Rafael, em São Paulo, o "Fórum de Atualização e Educação em Diabetes". O evento é dirigido a médicos, psicólogos, nutricionistas, assistentes sociais, profissionais de enfermagem, odontólogos, podólogos, educadores em saúde, professores de educação física e estudantes. Pretende sensibilizar o profissional da saúde quanto ao seu papel de educador, capacitando-o para a utilização de metodologias educativas. A taxa de inscrição para profissionais será de R\$ 50,00 e para estudantes R\$ 30,00. Paralelamente ao Fórum estará acontecendo o evento "Como viver bem com o diabetes", destinado a diabéticos e seus familiares. O custo para participação será de R\$ 10,00. Maiores informações pelos telefones: (011) 887-4764 ou 884-9077.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região - São Paulo, atendendo ao disposto no artigo 24, alínea "C", da Lei 5.766, de 20 de dezembro de 1971, convoca os psicólogos inscritos neste Regional para Assembléia-Geral Ordinária a ser realizada no dia 25 de outubro de 1996, às 20:00 horas em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta de seus integrantes, e às 20:30 horas em segunda convocação, com o número de psicólogos presentes.

**LOCAL:**

Sede do Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região
Rua Borges Lagoa nº 74 - Vila Mariana - São Paulo - SP

ORDEM DO DIA:

- 1ª - Prestação de Contas de 1996
- 2ª - Orçamento - programa de 1997
- 3ª - Outros Assuntos

São Paulo, 25 de setembro de 1996

SIDNEI CELSO COROCINE
Conselheiro-Tesoureiro

CRISTINA AMÉLIA LUZIO
Conselheira-Presidente

CRP TEM NOVA DIRETORIA

A plenária do CRP-06 elegeu, em setembro, a nova diretoria para um mandato de um ano.

Os componentes são: Sidnei Celso Corocine (presidente), Maria Costantini (vice-presidente), Sérgio Luiz Braghini (tesoureiro) e Cláudia Medeiros (secretária-geral).

NOVO ENDEREÇO

A subseção de São José do Rio Preto está funcionando desde o dia 19 de agosto em novo endereço, à rua Coronel Spínola de Castro, 3.360, 2º andar, Bl. B, Edifício Firenze - Centro. O número do telefone continua o mesmo: (017) 235-2883.

SINDICATO TEM NOVA DIRETORIA

O fórum de diretores do Sindicato dos Psicólogos elegeu, no dia 4 de setembro sua nova diretoria: Fátima França (presidente), Luiz Carlos de Araújo Lima (vice-pres.), Maria Elizabeth Gatto (sec. geral), Helena Rinaldi Rosa (1ª sec.), Plínio Alvarenga (2ª sec.), Milton Baldon (1º tes.), Inez Guimarães Pistelli (2ª tes.)

RECADASTRAMENTO

Escolas públicas dão maior incentivo à formação pós-graduada

“As escolas públicas dão mais estímulo ao aluno para buscar um curso de pós-graduação, já que nessas instituições trabalha-se mais com pesquisa.” Essa foi a explicação que o conselheiro do CRP-06, José Roberto Tozoni Reis, deu para o dado, encontrado no Recadastramento dos Psicólogos realizado pelo Conselho, segundo o qual os alunos que se formam nas universidades públicas buscam mais a formação pós-graduada do que os egressos das instituições particulares.

Um bom exemplo dessa diferença pode ser dado comparando-se os índices

alcançados pelas instituições públicas e privadas no que diz respeito à formação pós-graduada. Em que pese os números absolutos maiores para as escolas particulares, os índices são menores, já que essas universidades, em seu conjunto, formam mais psicólogos do que as públicas (veja tabela 1). Em outros termos, dos 3.224 psicólogos formados em universidades públicas, 16,19% (ou 522) fizeram algum curso de pós-graduação, sendo 72,60% (ou 329) mestres, 25,29% (ou 132) doutores e 2,5% (ou 11) que completaram o pós-doutorado. Por outro lado, apenas 5,14% dos 23.883 pro-

fissionais que se formaram em alguma instituição particular fizeram algum curso de pós-graduação. Desses, 1.020 são mestres, (ou 83,13), 184 são doutores (ou 15%) e 23 fizeram o pós-doutorado (ou 1,87%). Ainda assim, é significativamente pequeno o número de psicólogos recadastrados que declararam ter concluído algum curso de pós-graduação (apenas 6,57% do total de 27.558).

Por outro lado, considerando-se a instituição empregadora (veja tabela 2), os índices encontrados foram os seguintes: do total de 6.238 profissionais que trabalham em instituições públicas, 698 (ou

11,19%) possuem algum tipo de formação pós-graduada. Desses, 519 (ou 74,36%) são mestres, 163 (ou 23,35%) são doutores e 16 (ou 2,29%) possuem pós-doutorado. As instituições privadas, por sua vez, absorvem 16.751 psicólogos. Deste total, 1.827 (ou 10,91%) fizeram algum curso de pós-graduação. Desses, 1.488 (ou 81,44%) possuem mestrado, 312 (ou 17,08%) possuem doutorado e 27 (ou 1,48%) possuem pós-doutorado.

São números que se equivalem, se considerados apenas os percentuais totais de profissionais pós-graduados atuando nas instituições públicas (11,19%)

e privadas (10,91%). No entanto, os profissionais que possuem os níveis mais avançados de pós-graduação estão concentrados nas instituições públicas, conforme demonstram os itens doutorado e pós-doutorado.

“O que chama atenção, nessa distribuição, é o índice de profissionais que responderam não pertencer a nenhuma das instituições, ou seja, que trabalham como autônomos,” disse Tozoni. Do total de 3.454 profissionais que responderam ao recadastramento e declararam trabalhar como autônomos, 8,57% possuem algum tipo de pós-graduação. “O dado chama a atenção, porque geralmente os autônomos são profissionais que trabalham com consultórios particulares ou consultoria e a formação pós-graduada é endereçada àqueles que querem seguir a carreira acadêmica”, concluiu o conselheiro. São dados que merecem análise detalhada, principalmente porque levantam a dúvida sobre o tipo de demanda que leva esses profissionais à pós-graduação: a expectativa de trabalhar na área de ensino ou a busca de uma forma de especialização para trabalharem em uma área específica, por exigência do mercado.

Psicólogos por natureza da instituição formadora em relação à formação pós-graduada (strictu sensu)

PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSU	Natureza da instituição formadora								
	Pública		Particular		Não responderam*		Índice Geral		Índice pós-graduados
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Mestrado	379	72,6	1.020	83,13	41	66,13	1.440	79,72	5,22
Doutorado	132	25,29	134	15,00	13	29,03	334	13,44	1,21
Pós-Doutorado	11	2,11	23	1,87	3	4,84	37	2,04	0,13
Total	522	16,19	1.227	5,14	62	13,30	1.811		6,57
Psicólogos Recadastrados	3.224		23.883		451		27.558		

Psicólogos por natureza da instituição empregadora em relação à formação pós-graduada (strictu sensu)

PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSU	Natureza da instituição empregadora								
	Pública		Particular		Nenhuma das Anteriores		Total		Índice Geral
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Mestrado	519	74,36	1.488	81,44	249	84,12	2.256	79,97	8,53
Doutorado	163	23,35	312	17,08	42	14,19	517	18,44	1,96
Pós-Doutorado	16	2,29	27	1,48	5	1,69	48	1,70	0,18
Total	698	11,19	1.827	10,91	296	8,57	2.821	10,67	10,67
Psicólogos Recadastrados	6.238		16.751		3.454		26.443		

Fonte: C.R.P - 06; Recadastramento Profissional dos Psicólogos.

(1) O Recadastramento foi realizado no período de 03/06/94 a 31/05/95.

Nota: Inclui instituições municipais, estaduais e federais.

* inclui pós-graduação, lato sensu e especialização

ORIENTAÇÃO

Onde está o impasse?

No final do ano passado, começaram a chegar consultas ao Centro de Orientação sobre como o profissional deve agir quando o tratamento psicológico torna-se um impasse financeiro. Segundo muitas dessas consultas, os pacientes param de pagar sem que isso tenha sido previamente combinado com o terapeuta, mas continuam frequentando as sessões, ou simplesmente deixam de frequentá-las, sem comunicar ao psicoterapeuta. A dúvida dos psicólogos era sobre como proceder nesses casos e se estariam cometendo falta ética se suspendessem o tratamento ou procedessem à cobrança judicial das sessões devidas.

Segundo informações da presidente do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo, Fátima França, o psicólogo pode proceder à cobrança judicial quando não é efetuado o pagamento de sessões já realizadas. “Uma boa forma de evitar esse tipo de problema é o profissional formalizar um contrato no início do tratamento estabelecendo as condições em que o mesmo deverá ocorrer”, explicou Fátima. A psicóloga informou também que, embora não seja um hábito entre os profissionais da psicologia, o contrato de trabalho tornou-se obrigatório para todos os prestadores de serviço desde a implantação do Código de Defesa do Consumidor. Para ela, mesmo que o psicólogo ainda não tenha se acostumado com essa realidade, o contrato é bom porque protege as duas partes. Pensando nisso, o Sindicato formulou um exemplo de contrato que pode servir de base para os psicólogos. “O contrato alterou muito o enquadre que o profissional aprendeu na escola, mas é importante porque concretiza uma relação de trabalho. Uma vez que isso esteja estabelecido, o profissional deverá saber avaliar cada caso dentro do contexto do tratamento”, disse.

Mesmo que a questão esteja formulada em termos objetivos, e admita resposta concreta do ponto de vista sindical, no entanto, o que está realmente em jogo quando um tra-

tamento psicológico torna-se um impasse de tal ordem? Com base nessa observação, os conselheiros do CRP concluíram que a melhor forma de responder ao problema levantado seria questionar de onde podem advir as dúvidas. “Dificilmente o impasse é financeiro. O dinheiro no tratamento psicológico não assume apenas seu valor de troca, mas tem significados que transcendem as questões objetivas”, afirmou a conselheira e membro da Comissão do Centro de Orientação, Cláudia Maria Sodré Vieira.

Para a conselheira, num tratamento que chegou ao ponto de se criar um impasse com a questão financeira, a melhor atitude do profissional é verificar com seu supervisor que tipo de questões permitiram que a relação resvasse para esse campo. “O bom trabalho terapêutico deve dar conta de resolver questões desse tipo antes que se tornem um impasse. Se chegou ao ponto em que o dinheiro tornou-se um

impasse, é sinal de que algo vai mal na relação”, reflete.

Por outro lado, Cláudia defende: existem situações em que interromper um tratamento por falta de pagamento pode ser a atitude mais correta e que acaba impulsivando o processo de um paciente. Da mesma forma, ela chama a atenção para o fato de que cabe ao psicólogo estar muito atento a cada tipo de demanda de seus pacientes, evitando ceder a propostas de pactos onde a questão do dinheiro seja colocada também de forma equivocada, o que, igualmente, se tornaria contraproducente ao tratamento psicológico.

Para o conselheiro membro da Comissão de Diretoria, Sérgio Braghini, não se pode formular uma psicoterapia pela avaliação do dinheiro, significante mestre na sociedade capitalista. “Creio que o dinheiro em uma sessão deve ser visto de forma singular, pois assume valores

diferentes para cada sujeito. Por isso não concebo, inclusive, a idéia de fixar o preço de uma sessão como em qualquer outra prática social, considerando-a como mercadoria, ou seja, levando em conta apenas seu valor de troca. O valor de uso também deve estar presente”, disse.

Para o conselheiro, nessa atitude há o risco de que “o psicólogo queira se cercar de tantas certezas e garantias que acabe por formular a psicoterapia em um sonho de reforma moral da individualidade, querendo que o paciente não minta ou queira enganar o psicoterapeuta”. Partindo desse princípio, Braghini finaliza: “Creio, portanto, que não há impasse quando o paciente não quer pagar o tratamento, pois com essa atitude ele já está situando uma posição do sujeito. Porém, antes que a questão se torne um impasse é necessário investigar quando o problema é de ordem econômica e quando é de ordem do sintoma”.

Informe publicitário

ESCOLHA O MELHOR RUMO PARA SUA CARREIRA

Especialização ou Mestrado é na Universidade São Marcos

Especialização em Psicanálise

Para Psicólogos e Médicos
Informações no Centro de
Estudos e Pesquisa
em Psicanálise



Informações
Tel. (011) 6914-4488
Email: info@server.smarcos.br

Pós-Graduação Lato Sensu em Psicologia

Psicopedagogia
Para Professores, Fonoaudiólogos
e Psicólogos
Psicologia e Saúde
Para Psicólogos, Médicos,
Dentistas, Enfermeiros,
Fisioterapeutas e outros
profissionais da Saúde.
Psicologia Social e Institucional
Para Psicólogos, Professores,
Profissionais da Saúde e Sociólogos
Informações no Departamento
de Pós-Graduação

Mestrado Stricto Sensu em Psicologia

Para profissionais
de todas as áreas

- Demandas Psicossociais e Intervenções Preventivas e Terapêuticas
- Construção Psicossocial do Conhecimento
- Trabalho e Fenômeno Organizacional

Informações no Departamento
de Pós-Graduação

JORNAL DO

CRP

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA
6ª REGIÃO

Rua Borges Lagoa, 74

Fone: (011) 574-7133

Fax: (011) 575-0857

CEP: 04038-004 - São Paulo - SP

IMPRESSO